

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO  
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ANA MARIA TESSELE DUTRA

**ABANDONO ESCOLAR NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE MATO GROSSO:  
ENTRAVES PARA O ACESSO AO ENSINO MÉDIO**

JUIZ DE FORA

2015

ANA MARIA TESSELE DUTRA

**ABANDONO ESCOLAR NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE MATO GROSSO:  
ENTRAVES PARA O ACESSO AO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius David

JUIZ DE FORA

2015

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

TESSELE DUTRA, ANA MARIA.

ABANDONO ESCOLAR NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE MATO GROSSO: :  
ENTRAVES PARA O ACESSO AO ENSINO MÉDIO / ANA MARIA TESSELE  
DUTRA. -- 2015.  
79 f.

Orientador: MARCUS VINICIUS DAVID

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2015.

1. Abandono Escolar. 2. Gestão Escolar. 3. Ensino Médio.  
I. VINICIUS DAVID, MARCUS , orient. II. Título.

ANA MARIA TESSELE DUTRA

**ABANDONO ESCOLAR NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE MATO GROSSO:  
ENTRAVES PARA O ACESSO AO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

---

Prof. Dr. Marcus Vinícius David (Orientador)  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

---

Prof(a). Dr(a). Fernanda Henriques Dias  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

---

Prof(a). Dr(a). Denise Vieira Franco

Aos meus amores Luiz, Heli e Dani,  
razões da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que através do seu filho Jesus Cristo, concedeu-me parte da inteligência divina, permitindo a conclusão deste trabalho.

À Secretaria de Estado de Educação, na pessoa do Dr. Ságuas Moraes (a época Secretário), pelo convênio firmado com a Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).

À Secretária de Educação, professora Rosa Neide Sandes, pelo apoio e compreensão durante o curso.

Ao meu esposo, Luiz Fernando, companheiro e amigo fiel nas horas difíceis que passei, pelo apoio e orações intercessoras.

À minha filha, Danielle Cristina pela ajuda e por acreditar na sua mãe e pelas palavras de incentivo nas horas de desânimo.

Ao meu filho, com seu silêncio crédulo, porém importante, muito obrigada.

Ao meu irmão, Valter, pelo incentivo e pelas trocas de conhecimentos.

À Coordenação do curso, pela organização curricular.

Aos professores, que souberam entender a diversidade de pensamentos presentes num grupo tão eclético.

À equipe de orientação: professor Marcus David, Vanessa, Carla e Carolina, pela paciência nas inúmeras leituras e releituras, pelas sugestões e críticas construtivas. E pelas orientações e incentivos fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Às colegas de curso, companheiras, compartilhando alegrias e tristezas.

À amiga Gislene Bastos, pela colaboração na coleta dos dados no sistema Sigeduca.

Às Equipes Gestoras das escolas, que subsidiaram esta dissertação nos recebendo de braços abertos para a realização da pesquisa.

Por fim, a todos meus amigos que oraram e acreditaram em mim, o meu muito obrigada!

“O abandono na escolaridade obrigatória é um dos mais extremos fenômenos de exclusão que constitui a face visível duma situação mais vasta que atinge crianças e jovens em ruptura declarada ou silenciosa com uma escola obrigatória e obrigada que não é direito, mas tão só dever”.

(Ana Benavente et al., 1994,p.11-12)

## RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar, descrever e compreender, a partir da percepção dos alunos concluintes do 9º ano do Ensino Fundamental da Educação Básica, o fenômeno do Abandono Escolar. Optamos por uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Os participantes da pesquisa foram alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de três unidades escolares localizadas em municípios diferentes. Colaboraram, também, com a pesquisa as Coordenadorias do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Seduc – MT. Empregamos, como instrumentos para coleta dos dados, um questionário aplicável aos alunos e coleta de dados do sistema SIGEDUCA. Verificamos que, apesar dos importantes avanços e conquistas materializados na Educação Básica, o problema do Abandono Escolar persiste entre os jovens que estão no momento de se matricularem no 1º ano do Ensino Médio. Este problema tem causas distintas e diversificadas, no entanto os participantes desta pesquisa enfatizaram as condições socioeconômicas como um dos principais fatores que os conduziram a abandonar a escola. O primeiro capítulo versa sobre o Abandono Escolar no momento em que o aluno conclui o 9º ano do Ensino Fundamental, deixando de se matricular no 1º ano do Ensino Médio. O segundo capítulo traz os dados sobre o Abandono Escolar a nível nacional e estadual, bem como apresenta os dados da pesquisa realizada nas três unidades escolares localizadas nos municípios de Cuiabá, Sinop e Cáceres, as quais fundamentaram nossa pesquisa. E o terceiro capítulo apresenta um plano de ação educacional, cujo objetivo é melhorar a qualidade do ensino, conscientizar sobre a importância da participação da família na vida escolar dos filhos, evitando, assim, o Abandono Escolar. Concluímos que a escola continua distante de responder aos anseios dos jovens que a buscam, apesar de o Estado ter políticas públicas que possam garantir melhores oportunidades de estudo aos alunos e condições de trabalho para os docentes do Estado de Mato Grosso.

**Palavras-chave:** Abandono Escolar; Gestão Escolar; Ensino Médio.



## ABSTRACT

The aim of this study is to analyze, describe and understand, from the perception of the graduating 9th graders of elementary school of Basic Education, the phenomenon of school leavers. We chose a qualitative approach, the case study type. Survey participants were students from the 9th grade of elementary school in three school units in different counties, also corroborated with research the Coordination of Primary and Secondary Education of Seduc-MT. Employed instruments for data collection, a questionnaire applied to the students and collecting data SIGEDUCA system. We found that, despite significant progress and achievement embodied in the Basic Education, the dropout problem persists among young people who are currently enrolling in the 1st year of high school. This problem has distinct and diverse causes, however, the participants in this study emphasized the socioeconomic conditions as a major factor that led them to leave school. Versain the first chapter on School Drop out at the time the student completes the 9th grade of elementary school leaving to enroll in the 1st year of high school. The second chapter provides data on school leaving at national and state level also presents data from research conducted at three school sites located in the cities of Cuiabá, Sinop and Cáceres, which substantiate our research. The third chapter presents an educational action plan, which aims to improve the quality of education, raise awareness about the importance of family involvement in the school life of their children thus avoiding school leaving. We conclude that the school remains far from responding to the desires of young people who seek it, though the state has policies that ensure better educational opportunities for students and working conditions for teachers in the state of Mato Grosso.

**Keywords:** Abandonment School; Management School; High School.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BI	Business Intelligence
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEB	Câmara de Educação Básica – DF
CEENSI	Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
EMIEP	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEM	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
SEDUC/ MT	Secretaria de Estado de Educação – Mato Grosso
ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PPP	Projeto Político Pedagógico
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Evolução do Ideb da EE Leovegildo de Melo	39
Figura 2	Evolução do Ideb da EE Nilza Pipino	41
Figura 3	Evolução do Ideb da EE Frei Ambrósio	42

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Você gosta da sua escola?	52
Gráfico 2	Você frequenta a sua escola por quê?	53
Gráfico 3	Ao concluir o Ensino Fundamental, você pretende...	54
Gráfico 4	Participação dos pais nas atividades da escola	56

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Matriz Curricular de Linguagem	23
Quadro 2	Matriz Curricular de Ciências da Natureza e Matemática	23
Quadro 3	Matriz Curricular de Ciências Humanas	24
Quadro 4	Modelo de Organização Curricular	30
Quadro 5	Plano de Ação Educacional	63

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Alunos matriculados do 6º ao 9º ano no Brasil	25
Tabela 2	Alunos matriculados do 6º ao 9º ano em Mato Grosso	26
Tabela 3	Alunos matriculados do 6º ao 9º ano em Cuiabá	26
Tabela 4	Alunos matriculados do 6º ao 9º ano em Sinop	27
Tabela 5	Alunos matriculados do 6º ao 9º ano em Cáceres	27
Tabela 6	Porcentagens do aprendizado em Português e Matemática	28
Tabela 7	IDH – 2010 – municípios relacionados à pesquisa	35
Tabela 8	Número de Alunos Matriculados – Dados estaduais – 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio	35
Tabela 9	EE Leovegildo de Melo – Cuiabá – MT – 9º ano Ensino Fundamental	36
Tabela 10	EE Nilza Pipino – Sinop – MT – 9º ano Ensino Fundamental	39
Tabela 11	EE Frei Ambrósio – Cáceres – MT – 9º ano Ensino Fundamental	41

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	14
I.	<b>A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM MATO GROSSO: ABANDONO ESCOLAR E PERSPECTIVAS PARA CONTINUIDADE NOS ESTUDOS</b>	17
1.1	A estrutura organizacional da SEDUC/MT	17
1.1.1	A estrutura do ensino fundamental na Rede Estadual de Mato Grosso	20
1.1.2	A estrutura do Ensino Médio na Rede Estadual de Mato Grosso	28
1.2	Comparativo entre os dados do Ensino Fundamental e Ensino Médio no Estado de Mato Grosso	34
1.3	As escolas pesquisadas	38
1.3.1	Escola Estadual Leovegildo de Melo	38
1.3.2	Escola Estadual Nilza Pipino	40
1.3.3	Escola Estadual Frei Ambrósio – Cáceres	41
II.	<b>ENTENDENDO O ABANDONO ESCOLAR NO ESTADO DO MATO GROSSO</b>	44
2.1	Trajatória da pesquisa e amostra alcançada	47
2.2	Resultados e análise da pesquisa	51
III.	<b>PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – SEMEANDO OPORTUNIDADES</b>	60
3.1	Objetivo	60
3.2	Metodologia	60
3.3	Ações	60
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	64
	<b>REFERÊNCIAS</b>	66
	<b>ANEXOS</b>	70
	<b>APÊNDICES</b>	75

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do Abandono Escolar no Ensino Médio no Estado de Mato Grosso e tem como objetivo analisar a significativa porcentagem de alunos da rede pública que interrompem seus estudos ao concluírem o Ensino Fundamental e não se matriculam no Ensino Médio, buscando entender a origem dos fatores responsáveis pelo Abandono Escolar neste Estado.

O tema desta dissertação surgiu a partir da verificação de que, no Estado do Mato Grosso, o número de matrículas dos alunos que concluíam o Ensino Fundamental era bem maior do que dos alunos que se matriculavam no primeiro ano do Ensino Médio. Esta relação pôde ser constatada, ainda, pela experiência profissional da autora, concursada para o Ensino Médio desde 1984, cuja experiência profissional começou no Ensino Fundamental e todos esses anos foram dedicados exclusivamente à educação.

Como educadora e desenvolvendo a função de assessora técnica na Unidade Setorial de Correição e como membro titular da Comissão de Ética da Secretaria de Estado da Educação do Mato Grosso (SEDUC-MT), é possível entender ser este um momento oportuno para se analisarem os dados e se averiguar o que acontece com alguns dos nossos alunos que concluem o Ensino Fundamental e se inserem no Ensino Médio. Cada aluno que compõe uma turma escolar representa um universo de pensamentos, ações, gostos, preferências enfim uma realidade diferente.

O espaço temporal desta pesquisa terá como base os dados entre os anos de 2010 a 2013, podendo-se comparar estes dados aos nacionais relacionados ao Abandono Escolar.

Os princípios da Política Educacional de Mato Grosso têm o objetivo de garantir a oferta de Educação Básica pública com qualidade social por meio de políticas públicas que proporcionem ao estudante o desenvolvimento de capacidade e a construção de conhecimentos para a formação de valores humanos na conquista da cidadania plena.



Segundo dados do Censo Escolar, bem como do sistema BI<sup>1</sup> da SEDUC/MT, o Abandono Escolar representa uma porcentagem significativa em relação com os alunos concluintes do 9º ano do Ensino Fundamental nos anos de 2008 a 2010. Assim pode-se pensar na possibilidade de se investigar as causas que os conduziram ao Abandono Escolar, a partir dessa significativa porcentagem de alunos da Rede Pública Estadual de Mato Grosso.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo geral avaliar a distorção entre o número de concluintes do 9º ano e o número de alunos matriculados na 1ª série do Ensino Médio no Estado de Mato Grosso, caracterizando, dessa forma, Abandono Escolar na rede pública estadual. Além disso, apresenta como objetivos específicos:

- Conhecer a percepção dos alunos do 9º ano acerca da escola;
- Compreender as expectativas desses alunos ao terminarem o Ensino Fundamental;
- Propor, a partir dessas percepções e expectativas, ações que minimizem o problema do Abandono Escolar no Ensino Médio.

A pesquisa de campo valeu-se da aplicação de questionários aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, em três escolas de municípios distintos, para entender o que eles pensam sobre a escola que frequentam e suas expectativas quando concluírem o Ensino Fundamental. As escolas que serviram de base para esta pesquisa foram: Escola Estadual Leovegildo de Melo em Cuiabá, localização periférica, sua clientela faz parte de 42 bairros circunvizinhos; Escola Estadual Nilza de Oliveira Pipino em Sinop, localizada no centro da cidade, atendendo do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano de Ensino Médio e a Escola Estadual Frei Ambrósio em Cáceres, situada num bairro afastado do centro da cidade, é uma escola de médio porte e atende o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Fará parte desta dissertação um Plano de Ação Educacional para preencher essa lacuna de matrícula, ou seja, a fim de minimizar o problema do Abandono Escolar existente no ingresso dos alunos no 1º ano do Ensino Médio.

O assunto abordado nesta dissertação será elencado em três capítulos. Assim, no primeiro capítulo, abordamos a estrutura organizacional da Seduc/MT e, nesta, a estrutura do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em Mato Grosso, bem

---

<sup>1</sup> Sistema de dados da Seduc Business Intelligence (BI) – SEDUC/MT.

como a estrutura organizacional da Superintendência da Educação Básica. Ademais, caracterizamos as escolas pesquisadas.

No segundo capítulo, apresentamos a fundamentação teórica da nossa pesquisa, os resultados e a análise dos questionários aplicados aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental das três unidades escolares pesquisadas.

O terceiro capítulo será dedicado à construção de um Plano Administrativo Educacional com vistas à complementação da política educacional do Estado com base na administração com objetivo de que o Estado do Mato Grosso alcance as metas propostas para a continuidade e melhoria da qualidade do Ensino Médio.

## **I. A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM MATO GROSSO: ABANDONO ESCOLAR E PERSPECTIVAS PARA CONTINUIDADE NOS ESTUDOS**

Este capítulo aborda o Abandono Escolar entre os alunos que concluem o Ensino Fundamental, os quais, ao terminar esta fase do ensino, não se matriculam no Ensino Médio nas Escolas Estaduais da Rede Pública do Estado de Mato Grosso.

Quando falamos em Abandono Escolar, referimo-nos a um aluno que, após concluir uma fase ou um ciclo da sua vida escolar, deixa de se matricular na fase seguinte, abandona, desiste, não tendo como fator motivacional a mudança de Estado ou o falecimento.

Temos, ainda, o Abandono Escolar como fator que impacta diretamente no fluxo escolar e, conseqüentemente, na eficiência educacional. O aluno evadido é aquele “[...] que estava matriculado no início de um ano letivo, deixou de frequentar as aulas, e no ano seguinte não se matriculou” (RIGOTTI; CERQUEIRA, 2004, p. 81). Com o Abandono Escolar, a situação acontece quando o aluno aprovado ou reprovado no final do ano letivo, não se matricula no próximo ano, interrompendo dessa forma sua vida escolar.

Nesta dissertação, será abordada, na primeira seção deste capítulo, a estrutura organizacional da SEDUC/MT; em seguida, a estrutura organizacional do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Ensino Médio Regular, Programa Ensino Médio Inovador e Ensino Médio Integrado a Educação Profissional). Também fará parte deste trabalho um comparativo entre os dados do Ensino Fundamental e Ensino Médio no Estado do Mato Grosso e finalizamos o primeiro capítulo apresentando as escolas que subsidiaram nossa pesquisa de campo.

### **1.1 A Estrutura Organizacional da SEDUC/MT**

A estrutura organizacional da SEDUC/MT contempla segmentos administrativos e pedagógicos com o objetivo de atender à Educação Básica. Para atender à dimensão pedagógica temos a Superintendência da Educação Básica (SUEB), que tem como meta principal a ampliação da educação, a universalização

da Educação Básica e a elevação do nível de qualidade dos ensinos. Suas ações estão direcionadas e coordenadas ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

O Decreto nº 2.269, de 10 de abril de 2014, dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC – MT) e a redistribuição de cargos de Direção e Assessoramento e dá outras providências.

Em seu art. 1º define que a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC tem por finalidade planejar, executar, supervisionar, controlar e avaliar a ação governamental relativa à educação, buscando orientar e acompanhar, através das superintendências e assessorias do órgão central e dos municípios, o funcionamento dos estabelecimentos de ensino público e particular e outras atribuições previstas em regulamento, em perfeita articulação com os Governos Federal e Municipais.

Com o objetivo de atender à Educação Básica, no Nível de Execução Programática há uma Superintendência, com a seguinte estrutura:

Superintendência de Educação Básica:

1. coordenadoria de Ensino Fundamental;
  - 1.1. gerência de Alfabetização.
2. coordenadoria de Ensino Médio;
  - 2.1. gerência de Ensino Médio Integrado;
  - 2.2. gerência de Organização Curricular do Ensino Médio.
3. coordenadoria de Projetos Educativos;
  - 3.1. gerência de Gestão de Projetos.(MATO GROSSO, 2014)<sup>2</sup>.

O artigo 2º desse decreto aprova a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, de acordo com o que dispõe as Legislações estaduais Complementares.

O Decreto nº 570, de 29 de julho de 2011 aprova o Regimento Interno da Seduc/MT, e na seção II, art. 22 estabelece:

(...)

**Da Superintendência de Educação Básica**

**Art. 22.** A Superintendência de Educação Básica tem como missão zelar pela execução da Política Educacional do Estado de Mato Grosso em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, competindo-lhe:

- I – implementar a Política Pedagógica instituída para a Educação Básica no Estado de Mato Grosso;

---

<sup>2</sup>Elaborado com base em [http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/Documents/Organograma/Estrutura-Organizacional-SEDUC\\_DecretoN2269.pdf](http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/Documents/Organograma/Estrutura-Organizacional-SEDUC_DecretoN2269.pdf).

- II – coordenar a elaboração das Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso;
- III – coordenar, orientar e acompanhar o processo de assessoramento pedagógico às escolas;
- IV – acompanhar as análises e homologações das matrizes curriculares das escolas;
- V – desenvolver o Plano Plurianual (PPA) e o Plano de Trabalho Anual (PTA), em consonância com Plano Estadual de Educação, com ética, compromisso e responsabilidade;
- VI – coordenar a articulação entre o Ministério de Educação, Secretaria de Estado de Educação e Secretarias Municipais de Educação de Mato Grosso relacionadas ao Currículo da Educação Básica;
- VII – acompanhar o desenvolvimento da Educação Básica no âmbito do Sistema Estadual de Ensino;
- VIII – coordenar o processo de avaliação da aprendizagem da Educação Básica;
- IX – firmar parcerias com as Secretarias Municipais referentes às ações pedagógicas no atendimento da Educação Básica.
- X – propor formação continuada para o fortalecimento das equipes técnicas;
- XI – promover seminários internos para a socialização das ações;
- XII – promover ações articuladas com as especificidades da educação básica;
- XIII – atestar conformidade de seus processos. (MATO GROSSO, 2011, p. 10-11, grifos no original)

A Coordenadoria do Ensino Fundamental está organizada de forma a atender às demandas dessa modalidade de ensino, com uma equipe que se dedica em tempo integral à elaboração de orientações para as equipes gestoras e professores sobre as questões relacionadas à organização curricular do Ensino Fundamental prevista nos artigos 23, 24 e 25 do Regimento Interno. Pode-se observar que a equipe do Ensino Fundamental é responsável pela elaboração das Orientações Curriculares referentes ao Ciclo de Formação Humana. Em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, orientam o planejamento das ações da Gerência de Alfabetização e da Organização Curricular, mapeiam a demanda de formação continuada dos profissionais do Ensino Fundamental e participam do planejamento do Plano Plurianual da Seduc/MT.

Da mesma forma, acontece na Coordenadoria do Ensino Médio. Seu objetivo principal baseia-se na aplicabilidade das políticas educacionais, análise das propostas e no acompanhamento dos resultados dos dados de matrícula, aprovação, reprovação, evasão e abandono escolar apresentados, cujas atribuições estão delimitadas nos artigos 26, 27 e 28 do respectivo Regimento.

Nesses artigos, são notórias as formas de oferta e modalidade de Ensino Médio a serem disponibilizadas no Estado, ou seja, Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, construção e implantação das orientações curriculares do

Ensino Médio e do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, bem como do Projeto Político Pedagógico. No artigo 26, afirma-se que compete à Coordenadoria de Ensino Médio acompanhar e mapear “[...] as demandas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio” (MATO GROSSO, 2011, p. 16).

Pensando na interação dos alunos, foi criada a Coordenadoria de Projetos, ligada à Superintendência de Educação Básica e suas atribuições estão estabelecidas nos artigos 29 e 30 do Regimento Interno (anexo 1) da SEDUC/MT, com ênfase na ação de coordenar a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos, bem como os projetos educativos, articulados com a Política Institucional da SEDUC/MT.

A equipe da Gerência de Gestão Projetos subsidia as escolas no desenvolvimento de projetos escolares, acompanha e avalia as execuções destes para o fortalecimento curricular, assim como orienta e media os convênios entre as unidades escolares estaduais e prefeituras, Instituições governamentais e não governamentais com o objetivo de atender ao aluno em período integral através dos projetos.

### **1.1.1 A estrutura do Ensino Fundamental na Rede Estadual de Mato Grosso**

A proposta político-pedagógica curricular do Ensino Fundamental da SEDUC/MT prevê a inclusão de todos os alunos na idade certa, considerando o desenvolvimento humano e os direitos às aprendizagens. Dessa forma, no Ensino Fundamental, se trabalha com o **Ciclo de Formação Humana**<sup>3</sup>, como uma Política de Estado.

Em Mato Grosso, as políticas e práticas educacionais buscam atender às novas necessidades da contemporaneidade. O desafio é propiciar a todos uma Educação pública básica com qualidade social como expressão do compromisso com a inclusão social. O Estado de Mato Grosso incorpora, de forma definitiva, a organização estrutural por meio da organização dos Ciclos de Formação Humana, valendo-se do percurso histórico da rede, que, há dez anos, trabalha com a

---

<sup>3</sup> Ciclo de Formação Humana – Maneira de organização dos tempos e espaços escolares na formação humana dos estudantes.

organização por ciclos na perspectiva da inclusão, da educação como direito e voltada para a formação humana.

Para a implementação do sistema Ciclado, a Secretaria de Estado de Educação propôs a implantação gradativa dos Ciclos de Formação para todo o Ensino Fundamental, ampliando a política de inclusão social. Atualmente, o Ensino Fundamental na rede pública do Estado de MT está organizado por Ciclos de Formação Humana.

Em sua concepção de currículo, a proposta do Ciclo de Formação Humana está embasada nos debates contemporâneos, nos quais o currículo compreende as questões sociológicas, políticas e epistemológicas. Nessa perspectiva, o currículo é compreendido como fruto das construções do homem e, como tal, está sempre contextualizado em um dado momento histórico, considerando os aspectos sócio-histórico-culturais. A matriz curricular está organizada por área do conhecimento numa dimensão globalizada e interdisciplinar.

Nos ciclos de formação Humana, a avaliação se caracteriza como um processo, partindo do princípio que todas as pessoas são capazes de aprender e de que as ações educativas, as estratégias de ensino, os conteúdos das disciplinas correspondentes às áreas de conhecimento devem ser planejadas a partir das infinitas possibilidades de aprendizagem dos estudantes. A avaliação faz parte do fortalecimento de uma educação humanizadora.

Na organização da escola por Ciclos de Formação Humana, a avaliação é entendida como movimento constante de reflexão sobre a prática pedagógica, reflexão que ganha sentido quando proporciona mudanças na prática do professor, com vistas a realizar intervenções qualitativas no processo de ensino-aprendizagem.

A estrutura organizacional da proposta do Ciclo de Formação Humana valoriza a organização do tempo; a organização do espaço; a organização do trabalho da equipe gestora; a organização do trabalho pedagógico dos professores. Assim, a organização escolar baseia-se nos ciclos do desenvolvimento humano e está organizada em três ciclos: infância (6 a 8 anos de idade), pré-adolescência (9 a 11 anos) e adolescência (12 a 14 anos).

Os Ciclos são organizados em três anos ininterruptos com 200 dias letivos e carga horária mínima de 800 horas anuais, garantindo, assim, ao final de cada um deles um total de 600 dias letivos e 2.400 horas. Nesse sentido, a carga

horária semanal nos Ciclos é de 20 horas, distribuídas conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada unidade escolar.

Nos Ciclos I e II, as turmas são unidocentes. O professor, prioritariamente um pedagogo, acompanhará sua turma durante um ciclo, ou ainda do 1º para o 2º ciclo e vice-versa, conforme as decisões do coletivo de professores, na organização da unidade escolar em seu PPP.

No III Ciclo, as turmas são atendidas por docentes com formação específica nas disciplinas que compõem o currículo, porém a ação pedagógica deverá ser por Área de Conhecimento.

As Áreas de conhecimento, na Organização por Ciclos de Formação Humana, são trabalhadas na dimensão globalizada, partindo de situações reais e concretas que constituem totalidades interdisciplinares.

Dessa forma, os alunos são matriculados e enturmados de acordo com os grupos de idade. A enturmação se dá com base no desenvolvimento humano. No interior de cada ciclo, deve-se respeitar a organização dos grupos de alunos (enturmação) por idade, partindo do princípio de que estar junto com os seus pares de idade favorece as trocas sociais e formativas, fortalecendo a construção da autoestima, da autoimagem e de identidades.

As temáticas da Contemporaneidade, como drogas, saúde, sexualidade, trânsito, consumo, ética, Educação Ambiental, Orientação para o trabalho e Relações Étnico-Raciais, entre outras, devem ser implementados em todas as modalidades de ensino nas Áreas de Conhecimento que compõem o currículo.

Os recursos tecnológicos (calculadoras, computadores, *softwares* educacionais, cartões magnéticos, filmadoras, máquinas fotográficas, etc.) representam novas formas de comunicação e conhecimento e se constituem ferramentas a serem utilizadas em todos os componentes da Base Curricular.

Todas as escolas do Ensino Fundamental, Organizadas por Ciclos de Formação Humana, têm assegurado no mínimo 01 (um) Coordenador Pedagógico e 01 (um) Professor Articulador de Ciclos, que funcionam como suporte para a qualidade da aprendizagem nos três ciclos.

A escola deverá organizar, de acordo com sua realidade, um plano de intervenção e Apoio Pedagógico aos alunos que apresentarem dificuldades no processo de aprendizagem.



Medidas concretas são exigidas na perspectiva de transformar a escola num espaço propício de aprendizagens. É importante dizer que esse processo, por si só, não poderá garantir às crianças as aprendizagens necessárias, ou seja, as crianças não irão aprender apenas por serem reunidas por idades, mas aprendem quando olhamos o sujeito aluno e possibilitamos vivências significativas para cada fase do desenvolvimento biopsicossocial. Para isto, é preciso que escola se constitua como espaço de diálogo, no qual diferentes lógicas, diferentes pontos de vista sejam respeitados. O planejamento das ações de ensinar/aprender deve respeitar esses tempos de desenvolvimento.

A partir do 6º até o 9º ano (3º ciclo), fazem parte da matriz curricular, as disciplinas organizadas por área de conhecimento, conforme Quadros 1, 2 e 3.

**Quadro 1: Matriz Curricular de Linguagem**

Área de Linguagem	Artes
	Educação Física
	Língua Estrangeira Moderna: Inglês ou Espanhol
	Língua Portuguesa

Fonte: Plano de Ação do Ensino Fundamental – SEDUC/MT.

O processo de ensino-aprendizagem deve focar o desenvolvimento das capacidades de interação pela leitura, pela escrita e pela oralidade, valorizar conhecimentos e vivências dos alunos e promover o desenvolvimento da competência discursiva do aluno.

**Quadro 2: Matriz Curricular de Ciências da Natureza e Matemática**

Área de Ciências da Natureza e Matemática	Matemática
	Ciências

Fonte: Plano de Ação do Ensino Fundamental – SEDUC –MT.

No âmbito das disciplinas constantes do Quadro 2, o professor deve criar iniciativas didático/metodológico-avaliativas, que, associadas à apropriação e ampliação das capacidades de leitura dos enunciados das questões, entendendo o conteúdo teórico, a escrita e o raciocínio lógico dos educandos, contribuam que

aprender matemática é aprender uma linguagem, como parte do processo de alfabetizar letrando cientificamente.

### Quadro 3: Matriz Curricular de Ciências Humanas

Área de Ciências Humanas	História
	Geografia
	Ensino Religioso (optativa)

Fonte: Plano de Ação do Ensino Fundamental – SEDUC –MT.

O papel das Ciências Humanas, como área de conhecimento no currículo escolar, suscita o desenvolvimento de uma compreensão ampla da realidade no processo de formação/transformação histórica das sociedades humanas, bem como desenvolver o pensamento histórico e geográfico durante a trajetória do educando no 3º ciclo do Ensino Fundamental.

A carga horária do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, assim como as demais, perfaz um total mínimo de 800h/a, podendo ser estendida até 840h/a. Cada unidade escolar tem autonomia na construção da matriz curricular a ser trabalhada no ano seguinte, sendo que essa construção deve ser feita com a participação de todos os atores envolvidos no processo. Feito isso, essa matriz é submetida à análise, aprovação e validação no sistema pela equipe da assessoria técnica da SEDUC/MT.

Vale destacar que, na proposta de ciclo de formação humana, a avaliação dos alunos é um processo contínuo. O termo “reprovação” deixa de ser usado, isto é, quando se trata de avaliação, porém ele pode ser reprovado caso não alcance 75% de frequência durante o ano letivo, com base no §2º da Resolução 150/1999-CEE/MT que diz: “A aprovação de qualquer aluno está condicionada ao mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, em relação ao computo do total de horas letivas, exceto na educação infantil”.

Ao término do ano letivo, o aluno é matriculado no ano seguinte. Caso esse aluno não consiga desenvolver as competências para aquele ano, seu histórico ou relatório conterá informações sobre a dificuldade que o discente apresenta para que, na série seguinte, os professores façam o devido acompanhamento.

A equipe gestora de cada escola da rede pública estadual é constituída pelo Diretor, pelo Coordenador Pedagógico e pelo Secretário Escolar. Essas três funções dão direito a quem estiver no cargo de receber Dedicção Exclusiva (DE), devendo, portanto, ter o compromisso de cumprir 8h/d, obedecendo a um cronograma de atendimento (matutino, vespertino e noturno). O número de coordenador Pedagógico varia com o número de turmas de alunos e períodos de atendimento.

Ao concluir o Ensino Fundamental, o aluno, que, por nove anos esteve estudando em escolas estaduais organizadas em ciclos, encontra-se frente a um novo desafio: matricular-se no Ensino Médio, cuja organização curricular é ofertada de forma seriada, nos moldes da aprovação/reprovação. Tal situação pode ser vista por alguns alunos como um desafio, porém, por outros, como um abismo, algo impossível de ser alcançado por eles.

Os dados apresentados pelo Censo Escolar, como se pode observar na Tabela 1, trazem o número de matrículas das escolas públicas, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental durante os anos de 2010 a 2013 no Brasil.

**Tabela 1: Alunos matriculados do 6º ao 9º ano no Brasil**

	2010	2011	2012	2013
<b>6º ano</b>	<b>4.150.365</b>	3.910.955	3.769.843	3.648.660
<b>7º ano</b>	3.675.161	<b>3.716.031</b>	3.515.854	3.406.195
<b>8º ano</b>	3.330.061	3.305.774	<b>3.334.214</b>	3.163.982
<b>9º ano</b>	3.091.046	3.065.110	3.066.557	<b>3.085.518</b>

Fonte: Disponível em: [www.censoescolar.gov.br](http://www.censoescolar.gov.br)

Os dados da tabela 1 apresentam o número dos alunos matriculados do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental no âmbito nacional, sendo possível perceber um decréscimo de aproximadamente de 26% comparando a matrícula do ano seguinte. Vejamos, a seguir, a tabela 2, com o número de alunos matriculados no Estado do Mato Grosso entre 2010 e 2013.

**Tabela 2: Alunos matriculados do 6º ao 9º ano em Mato Grosso**

	2010	2011	2012	2013
<b>6º ano</b>	<b>61.237</b>	57.371	52.435	51.552
<b>7º ano</b>	58.464	<b>57.377</b>	54.653	50.290
<b>8º ano</b>	54.456	56.066	<b>55.987</b>	52.550
<b>9º ano</b>	52.230	54.581	55.757	<b>55.894</b>

Fonte: Disponível em: [www.censoescolar.gov.br](http://www.censoescolar.gov.br).

Quando fazemos essa mesma análise comparando o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, no Estado de Mato Grosso, a taxa do número de alunos do ano 2010 a 2013 teve um decréscimo gradativo representando em média de 8,7% o Abandono Escolar no Ensino Fundamental no Estado de Mato Grosso.

**Tabela 3: Alunos matriculados do 6º ao 9º ano em Cuiabá-MT**

	2010	2011	2012	2013
<b>6º ano</b>	<b>9.549</b>	9.468	8.951	8.408
<b>7º ano</b>	9.325	<b>9.081</b>	8.919	8.384
<b>8º ano</b>	8.814	9.199	<b>9.031</b>	8.733
<b>9º ano</b>	8.670	9.254	9.595	<b>9.566</b>

Fonte: Disponível em: [www.censoescolar.gov.br](http://www.censoescolar.gov.br).

Em Cuiabá, conforme Tabela 3, a situação assemelha-se à do Estado de Mato Grosso, apresentando decréscimo até o ano de 2012, apresentando uma taxa de Abandono Escolar, em torno dos 5,5%, porém em 2013 o número de alunos matriculados eleva, equiparando ao ano de 2010, deixando assim de apresentar Abandono Escolar nesse ano escolar.

A seguir apresentamos os dados referentes ao número de alunos da rede estadual do município de Sinop matriculados do 6º ao 9º ano.

**Tabela 4: Alunos matriculados do 6º ao 9º ano em Sinop – MT**

	2010	2011	2012	2013
6º ano	<b>2.245</b>	2.093	1.935	1.491
7º ano	2.178	<b>2.164</b>	1.989	1.880
8º ano	2.131	2.169	<b>2.174</b>	2.072
9º ano	1.994	2.251	2.207	<b>2.308</b>

Fonte: Disponível em: [www.censoescolar.gov.br](http://www.censoescolar.gov.br).

No município de Sinop, em 2010 e 2011, o número de alunos do Ensino Fundamental que abandonaram os estudos foi mínimo nos anos de 2011 e 2012, no entanto em 2013 esse número aumentou superando o ano de 2010, dessa forma pode-se observar o Abandono Escolar nesse município no período temporal da pesquisa está superado. Vejamos a seguir, na tabela 5, os dados da cidade de Cáceres:

**Tabela 5: Alunos matriculados do 6º ao 9º ano em Cáceres – MT**

	2010	2011	2012	2013
6º ano	<b>1.817</b>	1.691	1.702	1.636
7º ano	1.821	<b>1.690</b>	1.642	1.585
8º ano	1.687	1.667	<b>1.537</b>	1.513
9º ano	1.408	1.662	1.628	<b>1.546</b>

Fonte: Disponível em: [www.censoescolar.gov.br](http://www.censoescolar.gov.br)

Dos três municípios pesquisados, Cáceres é o município que apresenta o maior número de alunos que deixam de se matricular no ano seguinte, em média 15% a menor em relação ao número de alunos matriculados no 6º em 2010 em comparação ao número de alunos matriculados no 9º ano em 2013. Esse município é o que apresenta menor índice de desenvolvimento humano, como se pode observar na tabela 7, (pág. 35).

Quanto aos dados apresentados, é relevante mencionar sobre a Prova Brasil, uma avaliação que permite avaliar se os alunos aprenderam adequadamente o que lhes é proposto nas disciplinas de Português e Matemática, como se pode observar na tabela 6 a seguir.

**Tabela 6: Porcentagens do aprendizado em Português e Matemática**

	DISCIPLINA	PROPORÇÃO/2011	META 2022
BRASIL	PORTUGUÊS	22%	70%
	MATEMÁTICA	12%	70%
MATO GROSSO	PORTUGUÊS	19%	70%
	MATEMÁTICA	9%	70%
CUIABÁ	PORTUGUÊS	23%	70%
	MATEMÁTICA	10%	70%
SINOP	PORTUGUÊS	16%	70%
	MATEMÁTICA	6%	70%
CÁCERES	PORTUGUÊS	18%	70%
	MATEMÁTICA	7%	70%

Fonte: Disponível em: [www.censoescolar.gov.br](http://www.censoescolar.gov.br).

Com base nos resultados apresentados pela Prova Brasil na tabela 6, a proporção das avaliações do ano de 2011, os dados referentes à avaliação do Ensino Fundamental que representam a proporção de alunos que aprenderam adequadamente a competência de resolução de problemas (Matemática) tanto quanto a de leitura e interpretação de textos (Português) até o 9º ano na rede pública de ensino demonstra que ainda existe um grande *déficit* quanto à aprendizagem, uma vez que, segundo o movimento “todos pela educação”<sup>4</sup> a proporção de alunos que devem aprender o adequado até 2022 é de 70%.

### 1.1.2 A estrutura do Ensino Médio na Rede Estadual de Mato Grosso

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a SEDUC/MT elaborou um compêndio, organizado e denominado de “Cadernos de Orientações Curriculares de Mato Grosso – Concepções para Educação Básica”. Em seu caderno 1, constam orientações para as unidades escolares na dimensão das necessidades dos jovens/adolescentes, estabelecendo três tipos de oferta para o Ensino Médio. Assim, três modalidades são ofertadas, a saber: Ensino Médio Regular, que é o ensino propedêutico com carga horária entre 800h e 840h;

<sup>4</sup> Fundado em 2006, o Todos Pela Educação é um movimento da sociedade civil brasileira que tem a missão de contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o país assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade.

Programa Ensino Médio Inovador, que possui matriz curricular com carga horária de até 1.000h/a em projetos proporcionando aulas práticas em acordo com as teóricas; e Ensino Médio Integrado ao Ensino Profissionalizante, o qual enfatiza que o aluno, ao concluir o Ensino Médio, tenha uma profissão, preparando-o para o mercado de trabalho. Essas modalidades serão mais detalhadas logo a seguir.

Vale ressaltar que se faz necessário que a equipe gestora esteja atenta ao que está proposto em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), documento orientador, de acordo com a especificidade da matriz curricular do Ensino Médio.

A Coordenadoria de Ensino Médio, integrante da Superintendência de Educação Básica (Sueb) e ligada à Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais (SAPE), tem como meta permanente “[...] elevar os índices de desempenho (aprovação/permanência/proficiência) dos alunos do Ensino Médio no Estado de Mato Grosso”(MATO GROSSO, 2014, p. 1)<sup>5</sup>.

Tal meta só é passível de concretização mediante um esforço conjunto, que prevê a parceria com as Assessorias Pedagógicas e os Cefapros em ações de caráter pedagógico, envolvendo no processo de ensino-aprendizagem todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, profissionais da educação e equipes gestoras.

A Seduc – MT oferta o Ensino Médio de forma seriada, nas modalidades apresentados a seguir:

#### A. Ensino Médio

Modalidade de ensino que tem como objetivo proporcionar aos concluintes do Ensino Fundamental a continuidade da vida escolar, atendendo, assim, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96, modificada pela Lei Federal nº 11.274/06, que diz ser prioridade do Estado ofertar o Ensino Médio. Sua estrutura está organizada com base propedêutica, como sendo parte introdutória de um contexto de disciplinas, proporcionando conhecimentos mínimos básicos para o aprendizado, mas sem proficiência, apenas preparando para o ingresso no ensino superior.

---

<sup>5</sup> Disponível em: [www.seduc.mt.gov.br](http://www.seduc.mt.gov.br).

Em sua maioria, as escolas que atendem ao Ensino Médio possuem uma matriz curricular entre 800 a 840h anuais, contemplando as disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física, Arte, Matemática, Biologia, Química, Física, História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

O Ensino Médio Noturno Semestral é ofertado não como uma modalidade à parte, mas como uma proposta que tem por objetivo oportunizar aos alunos uma opção diferenciada de oferta. Nesse sentido, a escola noturna precisa ser repensada enquanto política específica que leve em conta a principal característica dos seus alunos, ou seja, cidadãos que tentam conciliar dupla atividade produtiva: estudo e trabalho, na grande maioria dos casos.

A proposta da Secretaria de Estado de Educação é orientar as escolas para que promovam reflexões com vistas a essa organização curricular, sendo regular ou semestral, de modo que o ensino noturno reconfigure sua identidade e os estudantes possam, através do domínio das ciências, das tecnologias, da linguagem e dos processos de produção de que participam ou irão participar, obter autonomia intelectual e política para intervir no meio ao qual se integram.

Com esse pensar, é ofertado matrícula com créditos semestrais em que o aluno tem a opção de matricular em janeiro e em julho; cada semestre tem a duração de 100 dias letivos com a carga horária semestral de 400h, podendo a escola atribuir aulas duplas (semiblocos) com o objetivo de proporcionar maior proximidade entre professor/aluno, como podemos observar no quadro 4:

**Quadro 4: Modelo de organização de um semestre de 400h**

1º Bimestre = 200h = 10 semanas		2º Bimestre = 200h = 10 semanas	
Ling. Portuguesa	6a = 60h	Matemática	6a = 60h
Lin. Est. Moderna	1a = 10h	Física	4a = 40h
Educação Física	1a = 10h	Arte	2a = 20h
Biologia	2a = 20h	Lin. Est. Moderna	1a = 10h
Química	4a = 40h	Educação Física	1a = 10h
Geografia	4a = 40h	História	4a = 40h
Sociologia	2a = 20h	Filosofia	2a = 20h

Fonte: Coordenadoria do Ensino Médio – Seduc/MT.



Nesse formato de oferta, a escola poderá trabalhar de modo interdisciplinar e a organização do tempo e do espaço também ficam a cargo da equipe escolar, com a prerrogativa de estar devidamente registrado e aprovado no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar.

## B. Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI

O Programa Ensino Médio Inovador foi instituído pela Portaria nº 971, de 09/10/2009, com o objetivo de provocar o debate sobre o Ensino Médio junto aos sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal, fomentando propostas curriculares inovadoras nas unidades que ofertam essa modalidade. Para a implantação, é disponibilizado à escola apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível e compatível com as exigências da sociedade contemporânea.

O MEC também repassa verbas para as Escolas que aderem ao projeto. As unidades recebem os recursos tanto por meio de convênio com a SEDUC/MT quanto por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O aporte financeiro é destinado à aquisição de equipamentos, instalação de laboratórios, entre outros.

Os estudantes do Ensino Médio Inovador são incentivados ao processo educacional com estímulo às atividades teóricas e práticas através de projetos interdisciplinares, expedições investigativas e uso permanente dos laboratórios de ciências e informática, além de outras ações nas diferentes áreas do conhecimento. Nessa modalidade, os estudantes permanecem mais tempo na escola, com aumento gradativo de 800 horas para 1.000 horas/aula.

O maior objetivo do ProEMI é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras, ampliando o tempo dos estudantes na escola, buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico e atendendo também às expectativas e necessidades dos estudantes do Ensino Médio e às demandas da sociedade contemporânea.

O Programa Ensino Médio Inovador foi lançado como projeto-piloto no estado do Mato Grosso em 2009, iniciando-se no ano letivo de 2010 com a adesão de 07 escolas naquele ano, 16 escolas em 2012, 3 escolas em 2013 e 17 escolas em 2014, totalizando 43 escolas.

### C. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – EMIEP

O Ensino Médio e Ensino Profissional refletem, ao longo de nossa história, as relações típicas de poder de uma sociedade dividida em classes sociais, às quais se atribui o exercício de funções intelectuais e dirigentes ou de funções instrumentais, e essa modalidade de educação sempre esteve associada à mão-de-obra, uma vez que era direcionada às classes trabalhadoras.

Esta dualidade educacional e profissional parece constituir-se num problema político de difícil solução e que vem se repetindo ao longo da história.

A partir da década de 1990, começou-se a implantar e reconhecer o Ensino Profissional como parte do currículo do Ensino Médio, que ganhou força em 2002 a partir de um novo governo, oriundo de uma articulação histórica de lutas populares e sociais, de uma liderança vinda da classe trabalhadora e com compromisso assumido junto aos educadores progressistas de revogar o Decreto 2.208/97 na perspectiva de favorecer a formação do cidadão/trabalhador que precisa ter acesso aos saberes teóricos e sóciohistóricos requeridos pelo mundo contemporâneo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 22-27). À época, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho de 2004, revogou o Decreto 2.208/97.

O tratamento a ser dado à educação profissional, anunciado pelo Ministério da Educação ao início do Governo Lula, seria de reconstruí-la como política pública e corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior que, de maneira explícita, dissociaram a educação profissional da educação básica. Com o intuito de apressar a formação técnica, ofertaram-na em módulos dissociados e curtos, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, 2005, p. 2).

Em consequência do Decreto 5.154/2004, a novidade do Parecer CNE/CEB nº 39/2004 que foi incorporada pela Resolução CNE/CEB nº 01/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio, foi a inclusão de um parágrafo 3º ao artigo 12 da Resolução CNE/CEB nº 03/98, mais tarde incorporada na LDB/96, com a seguinte redação:

§ 3º A articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio e o Ensino Médio se dará das seguintes formas:

I - integrada, no mesmo estabelecimento de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, no mesmo estabelecimento de Ensino ou em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, ou mediante convênio de intercomplementaridade.

III - subsequente, oferecida a quem já tenha concluído o ensino médio.(BRASIL, 2005, p. 468)

Nesse sentido, a possibilidade de integração entre escolarização e profissionalização se faz presente e “[...] tanto a LDB quanto o novo decreto regulamentador da Educação Profissional, o Decreto 5.154/04, não admitem mais essa dicotomia que separa a teoria da prática” (BRASIL, 2004, p. 5).

O artigo 3º do Decreto 5.154/2004 traz como nova, alterando totalmente o antigo decreto, a articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível Médio e o Ensino Médio através da forma: “[...] I- integrada, no mesmo estabelecimento de ensino, contando com matrícula única para cada aluno” (BRASIL, 2004, s/p).

Nesse sentido, equivale à indissociabilidade entre educação profissional e educação básica. No âmbito da política nacional, então, mediante o decreto n. 5.154/2004, foram regulamentadas formas por meio das quais os sistemas educacionais e as escolas podem buscar a realização de uma formação integrada. Formas essas que, em nosso caso, se definem como Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

É preciso dizer que identificamos essa forma como aquela que corresponde às necessidades e aos direitos dos trabalhadores pelo fato de admitir a realização de um único curso com duração de 3 a 4 anos, possibilitando ao jovem, ao final, a conclusão da educação básica e da educação profissional.

Após a edição do Decreto 5.154/2004, o Governo federal lançou o Programa Brasil Profissionalizado. Através desse Programa, o MEC passa a incentivar os estados e municípios a retomarem o ensino profissional.

No Estado de Mato Grosso, iniciou-se o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) em 2007 em 5 escolas da Rede Estadual e com a assinatura de convênios com o MEC em 2008. Através do Programa Brasil Profissionalizado, foi possível, a partir de 2009, expandir a Oferta de EMIEP, chegando hoje a 64 escolas em 41 municípios.

Finalmente, cabe ressaltar que a construção de uma política de educação profissional requer a superação de desafios históricos. Nessa perspectiva, é preciso construir uma cultura da Educação Profissional que não está presente na maioria das instituições escolares.

O Estado de Mato Grosso, em sua estrutura administrativa, tem 141 municípios, com 732 escolas na rede estadual. Desses, 41 municípios atendem ao Ensino Médio com 3 (três) modalidades: Ensino Médio Regular; Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – EMIEP –, sendo que esta última, em média, tem uma escola por município que oferta essa modalidade de ensino, com exceção de Cuiabá, que possui 13 Unidades Escolares que ofertam essa modalidade devido à demanda.

Dessa forma, a Secretaria de Estado de Educação tem, ao todo, 379 escolas que ofertam o Ensino Médio, seja qual for a modalidade, integrando o conhecimento à prática.

## **1.2 Comparativo entre os dados do Ensino Fundamental e Ensino Médio no estado de Mato Grosso**

Nesta seção, apresentamos, de forma comparativa, o quantitativo de alunos matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental, bem como o número de alunos matriculados no 1º ano do Ensino Médio por amostragem, tendo como base os três municípios que serviram de fonte para nossa pesquisa.

Os municípios fontes desta pesquisa foram escolhidos após uma abordagem socioeconômica, através dos estudos dos fluxos populacionais, sendo eles: Cuiabá, por ser a capital do Estado de Mato Grosso; Cáceres, por ser um município que, segundo o IBGE<sup>6</sup>, apresenta baixo IDH<sup>7</sup>; e o município de Sinop, por apresentar alto IDH. A tabela 7 traz um panorama a respeito das localidades selecionadas.

---

<sup>6</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>7</sup> Índice de Desenvolvimento Humano.

**Tabela 7: IDH – 2010 – municípios relacionados à pesquisa**

	IDH – M	IDH Renda	IDH Educação
CÁCERES	0,708	0,691	0,633
SINOP	0,754	0,755	0,682
CUIABÁ	0,785	0,800	0,726

Fonte: PNUD – 2014<sup>8</sup>.

Quando se passa para a análise dos números estaduais do quantitativo de alunos matriculados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, os dados comprovam a grande diferença entre o total de alunos concluintes do Ensino Fundamental em comparação com os matriculados no 1º ano do Ensino Médio. A tabela 8 traz informações relativas às cidades que compõe o universo de investigação desta dissertação.

**Tabela 8: Número de Alunos Matriculados - Dados estaduais – 9º ano do Ensino Fundamental e no 1º ano do Ensino Médio**

	Cuiabá				Cáceres				Sinop			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Ens. Fund.	8670	9254	9596	9566	1408	1662	1628	1546	1994	2251	2207	2308
Ens. Médio	6259	5180	4662	5246	1055	1053	861	888	1634	2070	1951	1931
ProEMI	400	352	228	2463	87	34	28	208	98	93	55	25
Total	6659	5532	4890	7709	1142	1087	989	1096	1732	2163	2106	1956

Fonte: Censo Escolar<sup>9</sup>.

Tendo como base a tabela 8, que apresenta o número de alunos matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nos municípios de Cuiabá, Sinop e Cáceres pode-se constatar o Abandono Escolar no Estado de Mato Grosso através dos dados apresentados entre os anos de 2010 a 2013, a seguir apresentamos na tabela 9 as porcentagens desse Abandono Escolar nesses os anos, nos municípios supra citados.

<sup>8</sup> Disponível em: [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br). Acesso em setembro de 2014.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.qedu.gov.br>. Acesso em setembro de 2014.

Como o cálculo da taxa de Abandono Escolar é feito na diagonal, seria necessário dados do ano de 2014 para apresentar dados referentes ao ano de 2013, e a nossa pesquisa teve como período temporal os anos de 2010 a 2013.

**Tabela 9: Porcentagens de Abandono Escolar entre os anos de 2010 a 2012– Municípios de Cuiabá, Sinop e Cáceres.**

	CUIABÁ	SINOP	CACERES
2010	36%	+8,4%	22,8%
2011	47%	6,4%	40,5%
2012	20%	11,4%	32,5%
2013 <sup>10</sup>	%	%	%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da tabela 8.

Os dados mostram que em Cuiabá o índice de Abandono Escolar, nos anos de 2010 e 2011, foi alto em relação ao número de alunos que concluíram o 9º ano Ensino Fundamental, deixando de se matricular no 1º ano de Ensino Médio.

Já, no ano de 2012 apresentou um aumento de 27% em relação ao número de alunos matriculados no ano seguinte na mesma série.

Quando realizamos esse cálculo para o município de Sinop, podemos observar que em 2010 o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental teve um acréscimo de 8,4%, no entanto, nos anos de 2011 6,4% dos alunos deixaram de se matricularem no 1º ano de Ensino Médio e aumentando para 11,4% em 2012, caracterizando, assim, o Abandono Escolar nessa faixa etária.

No município de Cáceres, em 2010, 22,8% dos alunos não se matricularam no 1º ano do Ensino Médio, em 2011 esse índice aumentou para 40,5%, apresentando em 2012 uma pequena evolução, no entanto ainda tivemos 32,5% de alunos que não deram continuidade aos estudos no ano seguinte, caracterizando também o Abandono Escolar nesse município.

A partir de uma investigação realizada pela Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD) em 2011, concluiu-se que o percentual de alunos de 15 a 17 anos que estão fora da escola subiu para 16,3%, sendo que, em 2009, esse índice era de 14,8%. Conforme a análise apresentada pelo PNAD, o perfil dos jovens que abandonam a escola evidencia uma pertença às famílias com baixo grau de instrução, baixos rendimentos e dificuldades econômicas. Se tais dificuldades

<sup>10</sup> Os dados de 2013 dependem da finalização no sistema Sigeduca do ano de 2014 para efetivar o cálculo.

empurram nossos jovens, desejosos de autonomia financeira, para o mercado de trabalho, pode-se dizer que a escola deve assumir sua parcela de responsabilidade pela incapacidade de motivar e de desenvolver o interesse dos jovens pela educação e pela sua formação estudantil, evitando o abandono precoce.

Nos últimos anos, com a revisão curricular da Educação Básica e com os currículos alternativos, tentou-se dirimir o abandono escolar nas escolas mato-grossenses, mas, de fato, isso parece não se ter revelado suficiente, uma vez que não se conseguiu inverter o que os números sinalizam.

O universo dos estudantes matriculados nas escolas do Estado é constituído, em sua maioria, por jovens com idades que estão de acordo com o ano escolar que frequentam, isto é, foram enturmados, conduzidos ao ciclo/ano conforme sua idade.

Anteriormente, quando o sistema era seriado, os alunos ficavam retidos uma ou mais vezes, com isso alguns alunos tinham suas idades “defasadas” face ao ano escolar que frequentavam, tendo já idade que não se encontra na abrangência da escolaridade obrigatória.

Este fato prende-se, certamente, com o número de alunos que já ficaram retidos uma ou mais vezes em anos letivos anteriores. Contribuindo, igualmente para este fato, estão também os alunos que interromperam sua trajetória escolar, abandonando a escola antes das aulas terminarem.

Partindo desse pressuposto, fez-se necessário a aplicação de questionários aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental para podermos entender as expectativas de vida e trabalho desses alunos após o Ensino Fundamental.

Assim, decidiu-se por aplicar o questionário em escolas situadas nos municípios de Cuiabá, Cáceres e Sinop, com uma unidade escolar por município, atendendo os seguintes critérios: com número de alunos similar por escola, sendo uma escola situada em Cuiabá (capital), e as outras duas pela diferença quanto ao IDH.

Ao se analisarem os dados da Tabela 8<sup>11</sup>, pode-se perceber o número de alunos que deixam de se matricular no Ensino Médio, caracterizando, dessa forma, evidente abandono escolar.

---

<sup>11</sup>Ver páginas 36.

### 1.3 As escolas pesquisadas

A pesquisa de campo foi realizada através da aplicação de questionários a alunos do 9º ano do Ensino Fundamental com o objetivo de verificação. Foram escolhidas três escolas para a aplicação destes, uma escola em cada um dos municípios pesquisados.

A Tabela 7<sup>12</sup> permite uma análise comparativa quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano apresentando diferença crescente da medida geral e sintética, do desenvolvimento humano. O índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) conceitua que Desenvolvimento Humano parte do pressuposto de que:

[...] para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. (PNUD, 2011, s/p)

Em Cuiabá, a pesquisa foi realizada na Escola Estadual Leovegildo de Mel; em Cáceres, na Escola Estadual Frei Ambrósio; e, em Sinop, na Escola Estadual Nilza Pipino. No dia da aplicação do questionário, somaram-se 265 alunos participantes nas três unidades escolares.

#### 1.3.1 Escola Estadual Leovegildo de Melo

A Escola Estadual Leovegildo de Melo, situada em Cuiabá, tem sete turmas do 9º ano do Ensino Fundamental com um total de 193 alunos matriculados. Nas turmas dessa unidade escolar, estão matriculados alunos portadores de alguma deficiência, ou seja, trabalha a inclusão dos alunos. Dos 193 matriculados, no dia da aplicação dos questionários, que não foi pré-agendado com a escola, compareceram 120 alunos, tendo como frequência a média de 62%. Destes, 50 eram do sexo feminino, o que equivale a 42%, e 70 alunos eram do sexo masculino, perfazendo 58%.

---

<sup>12</sup>Ver página 35.



A tabela 10 apresenta os dados referentes a aprovação, reprovação e abandono da escola estadual Leovegildo de Melo pesquisada, referente ao período entre 2010 e 2013.

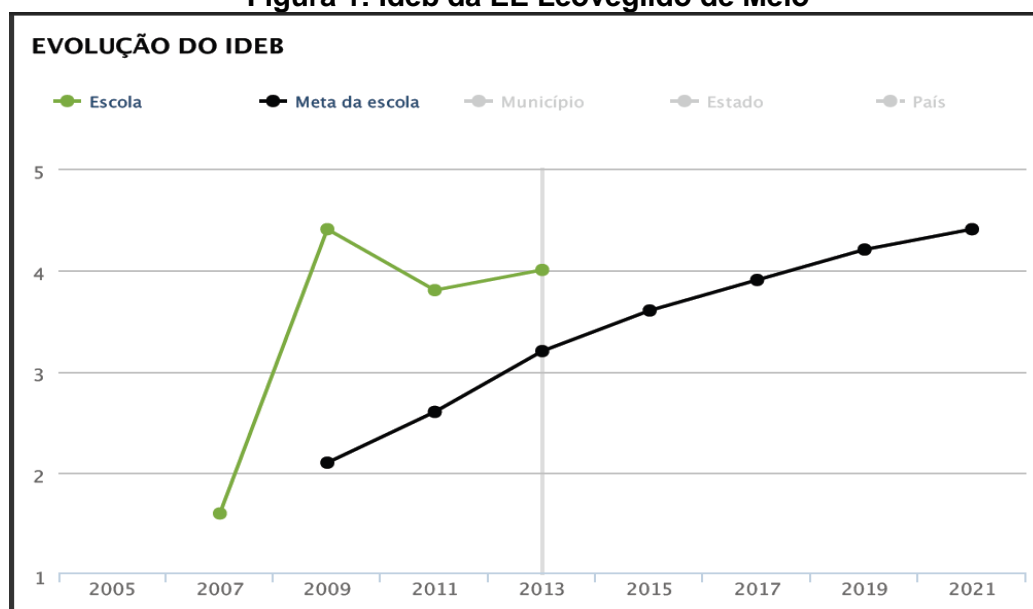
**Tabela 10: EE Leovegildo de Melo – Cuiabá – MT – 9º ano Ensino Fundamental**

	Reprovação	Abandono	Aprovação
2010	22,4%	0,0%	77,6%
2011	6,7%	0,0%	93,3%
2012	2,9%	0,0%	97,1%
2013	1,9%	0,4%	97,7%

Fonte: www.qedu.org.br.

Segundo os resultados apresentados em 2011, conforme aferido pela Prova Brasil, na EE Leovegildo de Melo, apenas 13% dos alunos do 9º ano avaliados aprenderam o adequado em Português, e 6% aprenderam o adequado em Matemática.

**Figura 1: Ideb da EE Leovegildo de Melo**



Fonte:ideb.inep.gov.br.

A figura 1 mostra a evolução do Ideb na EE Leovegildo de Melo e nos permite observar que, em 2007, a escola estava abaixo da média, e, em 2009, houve

um crescimento considerável, uma vez que a meta proposta era de 2.60 e esta atingiu 3.8, em 2011, apesar de ter apresentado uma queda nos indicadores. Já em 2013,apresentou nova evolução, alcançando 4.0.

### 1.3.2 Escola Estadual Nilza Pipino

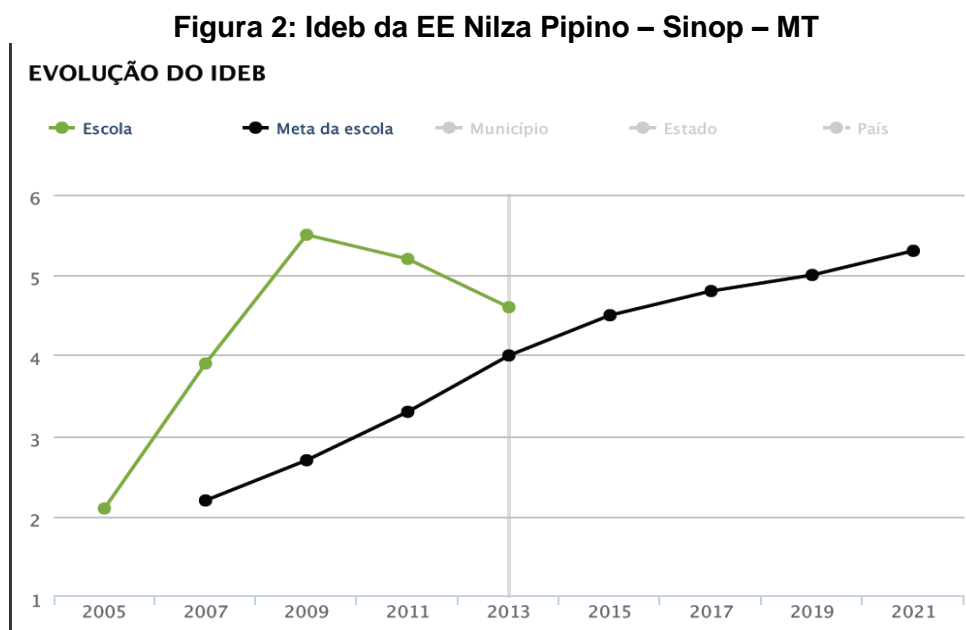
A Escola Estadual Nilza Pipino localiza-se em Sinop, município com maior IDH e maior produtor de grãos do Estado. Tem três turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, com 90 alunos matriculados, sendo que o percentual dos alunos presentes no dia da aplicação do questionário foi de 93,3% – apenas seis alunos faltaram. Alguns alunos dessa unidade educacional dependem do transporte escolar, visto que residem nos sítios, assentamentos e fazendas próximas da cidade. Destes, 70% são do sexo feminino e 30% do sexo masculino. A Tabela 10 a seguir apresenta dados sobre reprovação, abandono e aprovação nos anos de 2010 a 2013 da série pesquisada.

**Tabela 10: EE Nilza Pipino – Sinop – MT – 9º ano Ensino Fundamental**

	Reprovação	Abandono	Aprovação
2010	8,8%	1,0%	90,2%
2011	1,1%	0,0%	98,9%
2012	3,0%	0,0%	97%
2013	3,0%	0,0%	97%

Fonte: [www.qedu.org.br](http://www.qedu.org.br).

Na E.E. Nilza Pipino, as avaliações apresentaram que 37% dos alunos do 9º ano avaliados pela Prova Brasil aprenderam o adequado em Português, e 11% aprenderam o adequado Matemática. A figura 2 a seguir traz a evolução do Ideb da escola e a projeção dessa evolução nos próximos anos:



Fonte: [ideb.inep.gov.br](http://ideb.inep.gov.br)

No ano de 2009, a evolução do Ideb da E.E. Nilza Pipino atingiu a meta proposta para 2013, no entanto, neste ano, apresentou uma queda. Assim, a escola tem o desafio de buscar garantir o aprendizado dos alunos e um fluxo escolar adequado.

### 1.3.3 Escola Estadual Frei Ambrósio – Cáceres

Em Cáceres, município que faz fronteira com Bolívia, funciona a Escola Estadual Frei Ambrósio, que tem duas turmas de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental com 60 alunos matriculados e 63,3% de frequência no dia da aplicação do questionário, sendo que 47% são do sexo feminino e 53% são do sexo masculino. A tabela 11, a seguir, apresenta dados sobre os alunos do 9º desta escola entre 2010 e 2012.

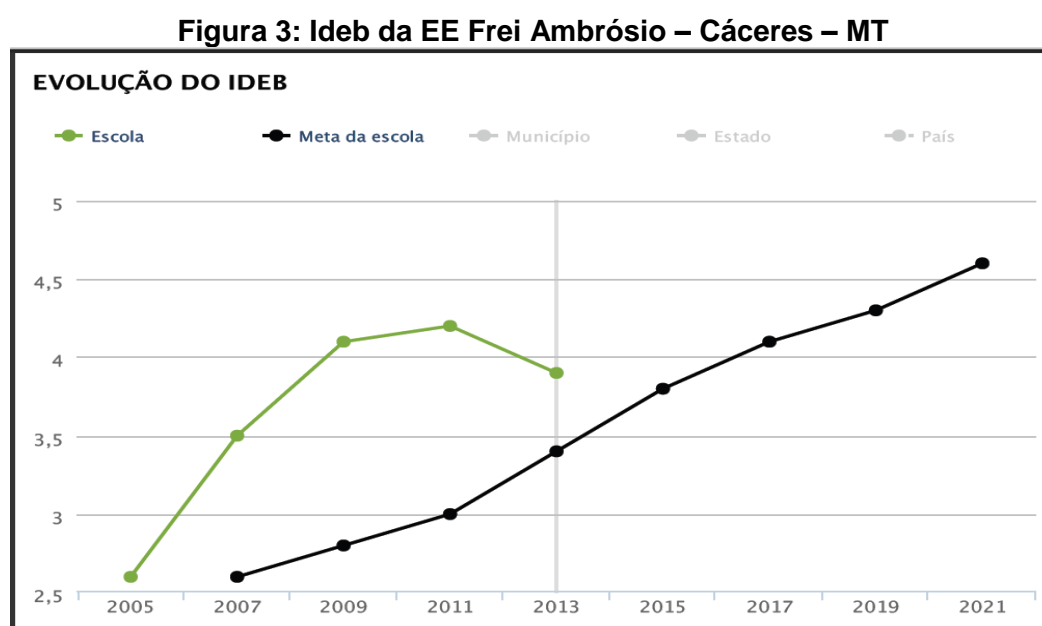
**Tabela 11: EE Frei Ambrósio – Cáceres – MT – 9º ano Ensino Fundamental**

	Reprovação	Abandono	Aprovação
2010	6,0%	10,4%	83,6%
2011	19,8%	3,7%	76,5%
2012	0,0%	3,4%	96,61%
2013	3,1%	1,9%	95,1%

Fonte: Disponível em: [www.qedu.org.br](http://www.qedu.org.br).

Cabe lembrar que a pesquisa desta dissertação foi realizada no ano de 2014, bem como a aplicação dos questionários para análise e comparações. Como estamos usando dados censitários (Censo Escolar), os dados divulgados têm como data base o ano anterior.

Os resultados da EE Frei Ambrósio, apresentados em 2011, aferidos pela Prova Brasil mostraram que 14% dos alunos do 9º ano avaliados aprenderam o adequado em Português, e 9% aprenderam o adequado Matemática. A figura 3 traz a evolução do Ideb da escola a partir de 2005 e a projeção dessa evolução para os próximos anos:



Fonte: [ideb.inep.gov.br](http://ideb.inep.gov.br)

Analisando a evolução do Ideb da EE Frei Ambrósio do município de Cáceres, pode-se observar que em 2011, superou a meta proposta 3.00, superou-a, atingindo 4.2.

Os dados apresentados neste primeiro capítulo demonstram primeiramente que a Superintendência da Educação Básica da Seduc/MT e suas Coordenadorias do Ensino Fundamental e Ensino Médio, quanto à organização da estrutura funcional de ambas as modalidades de ensino, estão dentro do que a legislação educacional prevê. Fazem parte, também, do capítulo dados referentes ao número de alunos matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental nos municípios que subsidiaram esta pesquisa, bem como dados nacionais e estaduais que

corroboram com o objetivo principal desta dissertação ao retratarem o abandono escolar dos alunos depois de concluírem o 9º ano do Ensino Fundamental.

No segundo capítulo, apresentaremos os aportes teóricos que serviram de sustentação para esta dissertação, bem como a análise da pesquisa realizada através da aplicação de questionários, os quais buscaram diagnosticar os motivos do Abandono Escolar dos alunos que concluem o 9º ano do Ensino Fundamental e deixam, portanto, de se matricular no 1º ano do Ensino Médio.

## II. ENTENDENDO O ABANDONO ESCOLAR NO ESTADO DO MATO GROSSO

O Abandono Escolar tem sido alvo de inúmeros estudos, reflexões e preocupações tanto por parte dos governantes quanto de pesquisadores das Ciências da Educação, bem como de todos os agentes sociais envolvidos no processo.

Pais, professores e alunos encontram-se no centro da discussão. Continua-se a registrar uma elevada taxa de abandono escolar no nosso país. Importa, por isso, conhecer os fatores que permitam identificar as suas causas.

De acordo com o presente estudo, entendemos por abandono escolar o abandono das atividades escolares sem que o aluno tenha completado o percurso escolar obrigatório.

Assim, é possível descrever o Abandono Escolar através do desinteresse dos alunos, dos pais, da comunidade escolar e da comunidade em geral em relação à escola e à educação. No Brasil, as principais causas do Abandono Escolar, de acordo com os dados do Ministério da Educação, são: o desinteresse total e a falta de incentivos, a necessidade de trabalhar juntamente com a oferta de trabalho, a dificuldade de absorção do conteúdo passado em sala de aula, conflitos com colegas e desentendimento com professores e também a repetência do ano letivo. (BRASIL, 2013).

A literatura que trata do Abandono Escolar sinaliza que as escolas devem estar estruturadas dentro de um processo educativo em todos os aspectos quantitativos e qualitativos, contínuos e espontâneos, que possam preparar cada cidadão socialmente dentro de todos os aspectos morais e intelectuais, não se preocupando apenas com a aquisição do domínio de ler, escrever e contar, mas no desempenho como um todo, ou seja, pessoal e coletivo, com vistas à construção de uma sociedade mais justa, democrática.

A legislação brasileira diz ser responsabilidade da família e do Estado o dever de orientar a criança em sua trajetória socioeducacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) é bastante clara a esse respeito.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p. 1).

Diante do que foi estudado, constatamos que o ensino tem que ser visto com novas práticas que atendam às perspectivas de seus educandos, estimulando-os e motivando-os de forma consciente. Por isso, rever alguns pontos do sistema atual de ensino pode ser visto como uma necessidade, uma avaliação tanto entre as metodologias aplicadas como também em relação aos motivos que contribuem para o Abandono Escolar.

O conceito de abandono escolar precisa estar bem definido para os gestores escolares. Abandono ou desistência significa que um aluno deixa a escola sem concluir o grau de ensino frequentado por outras razões que não sejam a transferência ou a morte. Saber que se trata de abandono (no final do ano letivo) ou de evasão (durante o ano) pode ser relevante para a compreensão dos motivos e das situações, mas não altera a essência deste estudo.

A noção de abandono escolar está geralmente identificada com a interrupção da frequência do sistema de ensino por um período considerado suficiente para que essa ausência possa transformar-se num afastamento praticamente irreversível. Porém essa definição é geralmente enquadrada pelo caráter compulsório do ensino obrigatório e pelas consequências legais do seu não cumprimento (JUSTINO, 2007).

Nessa perspectiva, o abandono escolar, reportado à interrupção prolongada da escolaridade obrigatória e à saída definitiva do sistema de ensino sem a ter concluído, tende a constituir-se como um ato ilícito, independentemente da eficácia sancionatória ou da maior ou menor recriminação social que lhe estiver associada.

Vasconcelos (2010), em seu estudo, concluiu que o Abandono Escolar é um problema do domínio da conduta de um indivíduo e traduz-se na decisão de deixar a escola sem completar o nível de ensino desejado. Acrescenta, também, que essa não é uma decisão repentina, mas produto de um longo processo de tensões, desajustamentos, fracassos e desinteresse pela escola.

Por outro lado, o aluno que abandona seus estudos pode se sentir rejeitado, e, por conseguinte, a escola não consegue motivá-lo para concluir sua formação escolar. As consequências são, muitas vezes, o seu lançamento prematuro para a vida ativa, ociosidade ou mesmo marginalidade:

[...] torna-se imperativo mencionar que só uma abordagem multifatorial, multidimensional e sistêmica pode ajudar a explicar o fenômeno do abandono escolar e nas quais devem ter-se em conta as realidades em interação: sociedade, jovem e escola.(SANTOS<sup>13</sup>apud VASCONCELOS, 2010,p 11).

Segundo Rigotti (2001), o Abandono Escolar é um problema presente no sistema educacional desde a década de 1940. Esclarece o autor que as crianças brasileiras não permaneciam por mais de três anos, em média, e que o percentual que concluía a 3ª série do Ensino Fundamental era muito baixo.

À época, o Censo Escolar contabilizava apenas os alunos aprovados, reprovados, afastados por abandono ou transferidos, e o aluno que abandonou os estudos não era visto como repetente caso este voltasse a estudar. Dessa forma, como o número de alunos novos é obtido pela diferença entre o total de matrículas e de repetentes, os novos ficam sobrestimados e a repetência, subestimada.

Corroborando com o assunto, Cerqueira (2000), em seu trabalho sobre os fatores ligados ao Abandono Escolar, afirma que, nos anos finais do Ensino Fundamental, observa-se um impacto positivo quando a questão é o número de alunos por turma. Por outro lado, um discreto efeito se volta para a infraestrutura da escola. Para o Ensino Médio, o número de alunos em sala de aula e professores com curso superior é um fator determinante positivo e com efeito redutor para as variáveis de infraestrutura da escola.

De uma maneira geral, pode-se inferir pela importância da infraestrutura escolar, assim como pela qualificação docente como elementos associados às menores taxas de eficácia escolar, que, somados, juntamente com o efeito da variável do número de alunos por turma, podem ocasionar o Abandono Escolar.

Nesse sentido, Marília Sposito e Juarez Dayrell (2009), em seu trabalho, levam-nos a refletir sobre como nossos alunos são entendidos nessa fase e sobre sua autoanálise. Aos nossos gestores, cabe conhecer a clientela que está sob sua responsabilidade, entender o que está se passando em cada universo ali representado, saber sobre suas escolhas futuras, seus valores e crenças, buscando ofertar uma educação voltada para a sociabilidade juvenil.

---

<sup>13</sup> Disponível em <[http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3804/1/DISSERTACAO%20ABANDONO%20ESCOLAR%20MARIA%20-%202%20\(1\).pdf](http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3804/1/DISSERTACAO%20ABANDONO%20ESCOLAR%20MARIA%20-%202%20(1).pdf)>. Acessado em maio de 2014.



Como diz Sposito (2011), torna-se necessário ter conhecimento do cotidiano escolar que envolve todos os que fazem parte da comunidade escolar para entender os universos representados em cada aluno ali presente.

Ademais, temos também os trabalhos de Lück<sup>14</sup> direcionados aos profissionais da educação dedicados a aprimorar sua atuação pedagógica e administrativa, principalmente aos gestores educacionais. Da mesma forma, a autora Thelma Polon<sup>15</sup> contribui com seus trabalhos direcionados à análise das legislações educacionais.

Diante das respostas dos questionários aplicados, os alunos disseram em sua maioria que gostam da unidade escolar e, têm consciência da importância de frequentarem a escola, nas, quando se trata do que eles pensam fazer depois de concluir o 9º ano, ficou claro que, também em sua maioria, desejam ou pretendem “ter um emprego”, “ajudar meu pai” ou “montar meu próprio negócio” e, em menor proporção, “fazer um curso técnico” ou “continuar meus estudos”. Diante das respostas, pode-se concluir que continuar os estudos não é uma prioridade para eles, e, conforme Faria (2009), cabe à escola realizar essa mudança ou transformação: “[...] A cultura das populações pobres não era considerada adequada ao convívio social no mundo urbano, e caberia à escola realizar essa transformação” (FARIA, 2009, p. 130).

## 2.1 Trajetória da pesquisa e amostra alcançada

Como é objeto principal desta dissertação o Abandono Escolar, seu foco é o aluno. Assim, direcionamos a pesquisa à aplicação de questionários aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da rede estadual em três municípios distintos (Cuiabá, Sinop e Cáceres). Escolhemos Cuiabá por ser a Capital do estado em análise, por concentrar maior número de migrantes. Cáceres e Sinop foram escolhidas após uma abordagem socioeconômica.

---

<sup>14</sup> Heloísa Lück doutora em Educação pela Columbia University, em Nova York, com pós-doutorado em Pesquisa e Ensino Superior pela George Washington University D.C. Disponível em <https://br.linkedin.com/pub/heloisa-luck/35/46a/4b0>

<sup>15</sup> Pedagoga pela PUC-SP, mestre e doutora em Educação – Realidade Brasileira - pela PUC-Rio, com foco em políticas públicas para a educação básica. Atualmente, é professora da disciplina de Currículo e Desenvolvimento Profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública (CAEd/UFJF). Disponível em [www.virtual.ufc.br/solar/aula...link/...04/.../15\\_ARTIGO\\_POLON.pdf](http://www.virtual.ufc.br/solar/aula...link/...04/.../15_ARTIGO_POLON.pdf)

Assim, foi construído um questionário voltado para avaliar o grau de satisfação desses alunos. Após aprovado, começamos, então, os contatos com as equipes gestoras de cada unidade a ser visitada.

O preparo dos materiais e as visitas *in loco* ficaram sob a responsabilidade da mestrandia autora desta dissertação.

O questionário contém 18 questões objetivas e de múltiplas escolhas, sendo elaborado com o objetivo de extrair respostas dos alunos por meio das quais pudéssemos avaliar o grau de satisfação deles em relação à escola em que estão matriculados, sua frequência, à participação dos seus responsáveis no cotidiano escolar e sua interação com a equipe gestora.

Ao visitarmos as escolas no dia da aplicação dos questionários, fomos recebidos pelos coordenadores pedagógicos, que nos acompanharam até as salas de aula, nos apresentando aos alunos e professores presentes. Dessa forma, na Escola Estadual Leovegildo de Melo, o questionário foi aplicado a 73 alunos; na Escola Estadual Nilza Pipino, a 85 alunos e, em Cáceres, na Escola estadual Frei Ambrósio, a 38 alunos, respeitando um cronograma preestabelecido para não prejudicar nem o pedagógico da escola nem as atividades laborais da Mestranda.

Conforme Duarte (2002, p. 140), “[...] a definição do objeto de pesquisa, bem como a opção metodológica constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto ao texto que se elabora no final”. A mesma autora nos permite dizer que as conclusões de um estudo são possíveis devido aos instrumentos utilizados na coleta de dados e à interpretação dos resultados obtidos, sendo que a descrição desses procedimentos, além de apresentar uma formalidade, permite aos outros pesquisadores percorrerem o mesmo caminho da pesquisa e confirmarem as afirmações apontadas no estudo inicial.

Gil (2002, p. 115) apresenta uma definição de questionário, facilitando a aplicação e sua análise: “[...] por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”.

Marconi e Lakatos (2003, p. 201) definem questionário como sendo “[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Ainda segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201-202) e Gil (2002, p. 128-129), pode-se apontar que as vantagens no uso de questionários consistem em

atingir grande número de pessoas simultaneamente. Pode-se dizer que, dessa forma, há uma economia de tempo e de dinheiro, não se exige identificação dos entrevistados, proporcionando, com isso, maior liberdade e segurança nas respostas; não se expõe o entrevistado à influência do pesquisador, obtendo-se, dessa forma, respostas rápidas e precisas.

Examinando o caráter específico do processo pedagógico escolar, Paro (2000) defende uma visão da Administração Escolar que esteja comprometida com a transformação social e que precisa saber buscar na natureza da própria escola e dos objetivos que ela persegue – os princípios, métodos e técnicas adequados ao incremento de sua racionalidade. Ou seja, uma determinada administração – seja ela escolar ou empresarial – não pode deixar de ter o desenvolvimento de seus princípios, métodos e técnicas intimamente relacionados com a natureza e os propósitos da coisa administrada.

Paro (2010) compreende como sendo de grande importância entender que o papel do educando não se restringe à sua condição de receptor do conhecimento, pois, num processo pedagógico autêntico, o educando não apenas está presente, mas também participa das atividades que ali se desenvolvem. Uma vez que o mesmo é próprio da atividade educativa pelo fato de ela não poder realizar-se a não ser com a participação do educando, que entra no processo ao mesmo tempo como objeto e como sujeito da educação.

Partindo dessa perspectiva que toma o aluno ao mesmo tempo como objeto e como sujeito da educação, não é mais possível considerar o produto da educação escolar como sendo simplesmente a aula. Pois, entendida a educação como apropriação de um saber historicamente acumulado e tendo-se a escola como uma das agências que proveem educação, a consideração de seu produto não pode restringir-se ao ato de aprender, dada a existência de algo que permanece para além do ato de produção que se dá na sala de aula.

Para isso, é preciso, contudo, que a escola se pautem por relações que dizem respeito à forma pela qual os homens tomam consciência da própria realidade concreta, propiciando que os educandos efetivos apropriem-se do saber historicamente acumulado.

Neste sentido, a Gestão Escolar é uma atividade necessária e exclusivamente humana, pois somente o homem é capaz de estabelecer objetivos a serem percorridos utilizando a ação racional e coerente. A necessidade de

adequação dos meios aos fins garante a produção existencial humana à medida que o homem, enquanto ser histórico constrói-se através do trabalho e da sua relação com os outros, numa ação colaborativa.

Pensar a educação é pensar sua gestão. Lück (2008, p. 23) afirma que “[...] O trabalho dos gestores escolares se assenta sobre sua capacidade de liderança, isto é, de influenciar a atuação de pessoas para o trabalho, a aprendizagem e construção de conhecimentos”. Sobre o que vem a ser liderança, Lück et al. (2006, p. 33) postulam:

Um conjunto de fatores associados, como por exemplo, a dedicação, a visão, os valores, o entusiasmo, a competência e a integridade expressos por uma pessoa que inspira os outros a trabalharem conjuntamente para atingirem objetivos e metas coletivos e se traduz na capacidade de influenciar positivamente os grupos e inspirá-los a se unirem em ações comuns coordenadas. (LÜCK et al., 2006, p. 33)

O processo de organização e funcionamento da instituição deve ser comprometido com a formação humana do cidadão, por meio de um novo conhecimento que ilumine as diversas formas democráticas de condução do processo educacional. Pensar na qualidade da educação é pensar na formação humana e, para isso, é essencial estabelecer padrões mínimos de qualidade a serem alcançados por meio de conteúdos relevantes e de métodos pedagógicos coerentes com os objetivos democráticos da escola, ao mesmo tempo em que se desenvolvam processos coletivos de avaliação de todo processo escolar que permitam subsidiar e controlar a efetiva busca desses objetivos.

Um ensino de qualidade está atrelado à formação do educador. Portanto, é preciso refletir acerca dessa formação. A formação consciente e crítica favorece a compreensão do papel da gestão em contribuir para a transformação na maneira como a escola organiza suas atividades gerindo e administrando os fins sociais da educação. Sendo assim, a participação dos diferentes grupos e pessoas envolvidas no cotidiano escolar é fundamental.

A partir dos desafios que os processos fundamentais de Gestão enfrentam na realidade escolar, seu objetivo principal é a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Bem como a aquisição de conhecimentos, habilidades e formação de atitudes e valores; da compreensão do

ambiente natural e social; do sistema político da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, além do fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Nesse pensar, o Projeto Político Pedagógico delimita uma caminhada de apropriação e de reconstrução do conhecimento sistematizado, que é ressignificado e reelaborado pelo aluno através do processo pedagógico.

Dentro do contexto dos PPP, a aprendizagem é caracterizada pela experimentação de uma situação problematizada pelo desafio. Portanto, pode-se dizer que essa aprendizagem acontece de forma crítica e construtiva, dinamizando a interação constante entre o saber escolar e os demais saberes, num processo contínuo e permanente.

A dificuldade do aluno em se apropriar dos conhecimentos repassados em sala de aula, aliada, na maioria das vezes, a turmas com um número elevado de alunos, contribui para uma crescente desmotivação dos jovens. Assim, se os alunos se sentirem “agarrados” à escola, provavelmente sentir-se-ão mais motivados com uma maior autoestima e mais predispostos a prosseguirem os estudos.

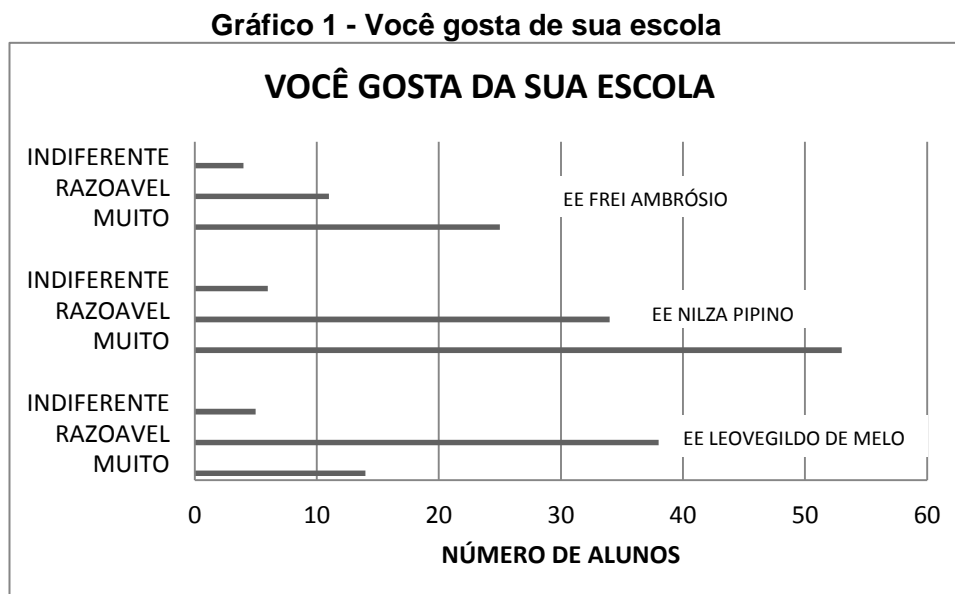
## **2.2 Resultados e Análise da pesquisa**

A reprovação e o Abandono Escolar tomaram-se um problema dos atuais sistemas de ensino. Não sendo novo, ele requer hoje uma reavaliação, devido às mudanças profundas que as sociedades têm vindo a registrar, quer na socialização dos jovens, quer nas exigências que estas fazem, cada vez mais, à participação destes em diferentes esferas sociais.

A universalização do sistema de ensino tardia e o mercado de trabalho que é pouco exigente em qualificações constituem uma atração pelo trabalho juvenil como sendo um fator de peso para o abandono escolar.

Observa-se que, nas três escolas analisadas, a idade que predomina é a de quatorze anos.

A partir deste ponto, apresentamos análise e discussão das respostas fornecidas ao questionário, a começar pelo gráfico 1:



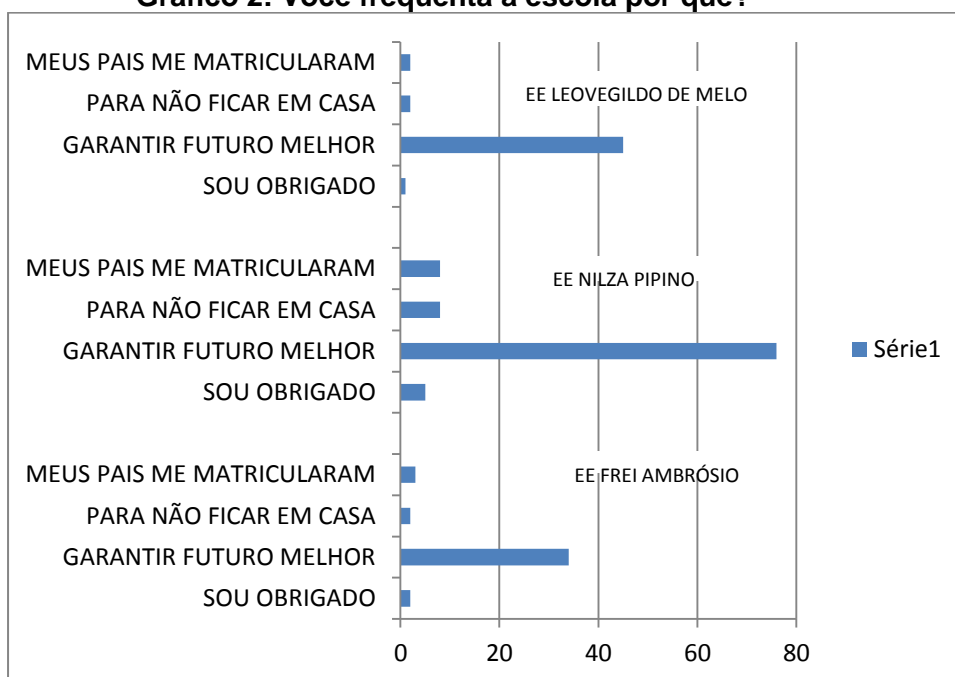
Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Quando perguntamos se o aluno gosta de sua escola, Dayrell (1996, p. 147) diz que “[...] a arquitetura e a ocupação do espaço físico não são neutras”. Dessa forma, pode-se observar que a maior parte dos alunos respondeu que gostam razoavelmente e muito da escola, apresentando, dessa forma, certo gosto pela instituição que frequentam. A escola, para esses alunos, é entendida como um espaço social, de livre acesso, de dupla dimensão: educar e socializar, como mencionam Ezpeleta e Rockwell (1986):

Em cada escola interagem diversos processos sociais: a reprodução dos processos sociais, a criação e a transformação dos conhecimentos, a conservação ou a destruição da memória coletiva, o controle e a apropriação da instituição, a resistência e a luta entre o poder estabelecido. (EZPELETA; ROCKWELL, 1986, p. 58)

O gostar da escola implica aprender a escola como instituição, que ela faz parte do seu cotidiano como sujeitos ativos e passivos diante da estrutura. Assim, trata-se de uma relação em permanente construção, de conflitos e negociações em função de um bem comum, uma educação de qualidade.

Nesse espaço de que os alunos se apropriam, passam a criar e recriar novos sentidos e formas de sociabilização, como mostra o gráfico 2.

**Gráfico 2: Você frequenta a escola por quê?**

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Pode-se observar nas questões 1 e 2 que a maioria dos alunos apresentam gosto pela escola que frequentam, bem como entendem e têm plena consciência de que sua frequência as aulas é importante e necessária para garantir um futuro melhor para suas vidas.

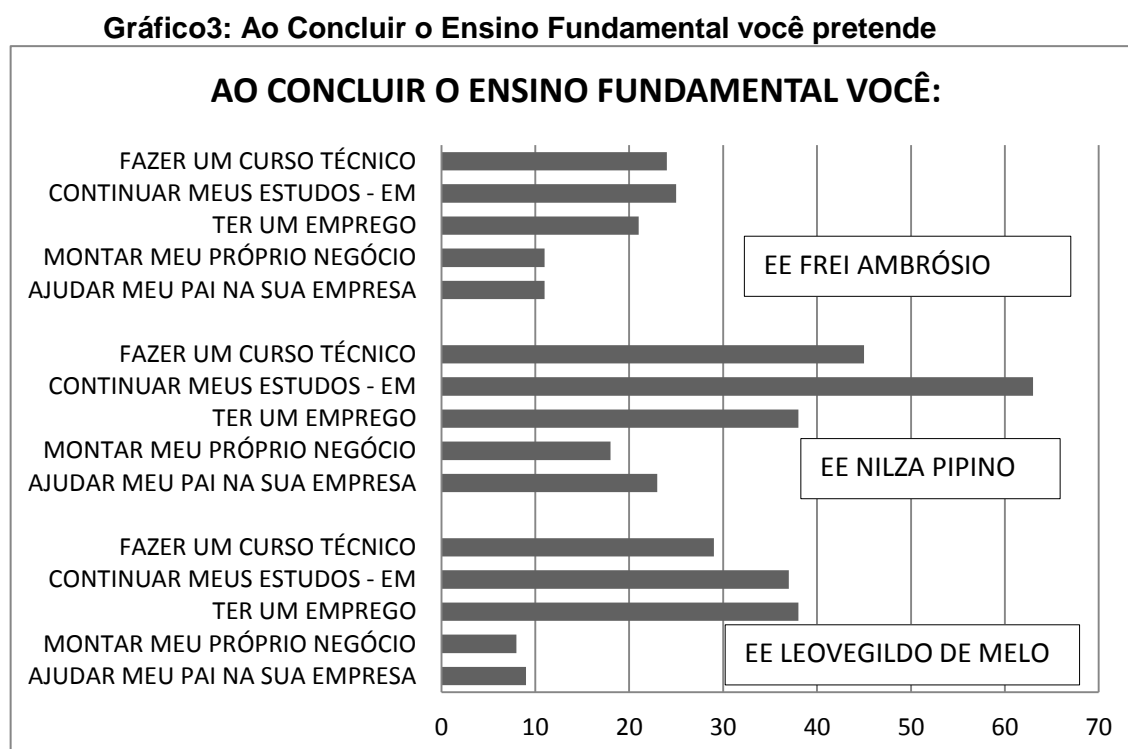
Os alunos que participaram desta pesquisa, diante das suas respostas, estão conscientes no que diz respeito aos seus direitos e à importância de frequentar um ambiente escolar. E em se tratando de direitos, a pressão sobre os pais é cada vez maior no sentido de responsabilizá-los pela frequência escolar dos seus filhos, não só por ser ilegal, mas, principalmente, por ser um direito.

Uma das perguntas que merece destaque nesta pesquisa é a de número 18 do questionário aplicado (que consta no apêndice desse trabalho). Nessa questão, os alunos podiam escolher três alternativas como definição sobre o que eles fariam ao concluir o Ensino Fundamental (9º ano).

Vale ressaltar que a idade média dos alunos das três unidades escolares que responderam ao questionário é de quatorze anos, e, se somarmos as respostas das situações em que eles se referem a montar seu próprio negócio, ter um emprego e ajudar o pai na sua empresa, pode-se notar que continuar os estudos não é uma prioridade em relação ao número daqueles que responderam que

desejariam continuar seus estudos matriculando-se no Ensino Médio ou fazer um curso técnico.

O gráfico 3 retrata respostas dos alunos das três escolas pesquisadas com o objetivo de analisar qual a intenção dos alunos ao concluírem o 9º ano do Ensino Fundamental.



Fonte: elaborado pela autora.

Esta questão apresenta resultados diferentes para cada município nos dados apresentados, ao levar em conta a somatória das duas alternativas 'fazer um curso técnico' e 'continuar meus estudos' como um desejo de prosseguir em sua vida estudantil e, das outras três, 'ter um emprego', 'montar meu próprio negócio' e 'ajudar meu pai na sua empresa', expressam como desejo principal garantir sua estabilidade financeira.

Diante disso, em Cáceres pode-se dizer que o computo leva-nos a perceber que apenas 50% dos alunos querem continuar estudando; em Sinop o resultado foi que em média 65% dos alunos querem continuar estudando e em Cuiabá a média ficou em torno dos 50% que querem continuar estudando.

Na questão de número 2, os alunos entendem e têm plena consciência de que sua frequência é importante e necessária para garantir um futuro melhor para



suas vidas. E, mesmo com esse entendimento, quando lhes foi perguntado o que eles pretendem fazer quando concluírem o Ensino Fundamental (questão que permitia escolher três alternativas), a porcentagem que respondeu que pretende ajudar seu pai em sua empresa, ter um emprego e montar seu próprio negócio, ou, simplesmente, fazer um curso técnico com o objetivo de se qualificar para o mercado de trabalho representa uma porcentagem significativa.

Verificou-se, também, que o perfil dos jovens que abandonam a escola evidencia um desejo de ingresso ao mercado de trabalho, ainda que sem uma profissão pré-definida, percebe-se o desejo de se automanter, de ter seu próprio emprego, de poder realizar-se enquanto ser humano independente. Esse foi um dos itens de grande relevância em nossa pesquisa.

É importante lembrar que os adolescentes entrevistados dialogam com pessoas cujos discursos são de que: 'nem sempre aquele que se dedica aos estudos sua vida é bem-sucedida, que o importante é trabalhar, não importando que sua força de trabalho seja qualificada ou não'. Assim, nascem e crescem inseridos nesse mundo de relações sociais que vêm se tecendo há muito tempo e que se constrói a partir dessa contradição.

Nesse sentido, Coelho (1996) elucida:

É preciso que se perceba o quadro sócio cultural que se compõe em cada situação concreta, para os diversos segmentos da classe trabalhadora que, como veremos, constroem projetos de futuro diferenciados, orientados por diferentes concepções acerca do mundo do trabalho e de seus significados. (COELHO, 1996, p. 106).

Assim, quando o aluno escolhe a alternativa de que ele deseja ter um emprego, montar seu próprio negócio ou ajudar seu pai na empresa, ele está seguindo um exemplo que vivencia no cotidiano, que se transforma em tempo. E, durante esse tempo, o desejo se concretiza juntamente com as relações em que se encontram inseridos, ou seja, dentro da sua própria casa.

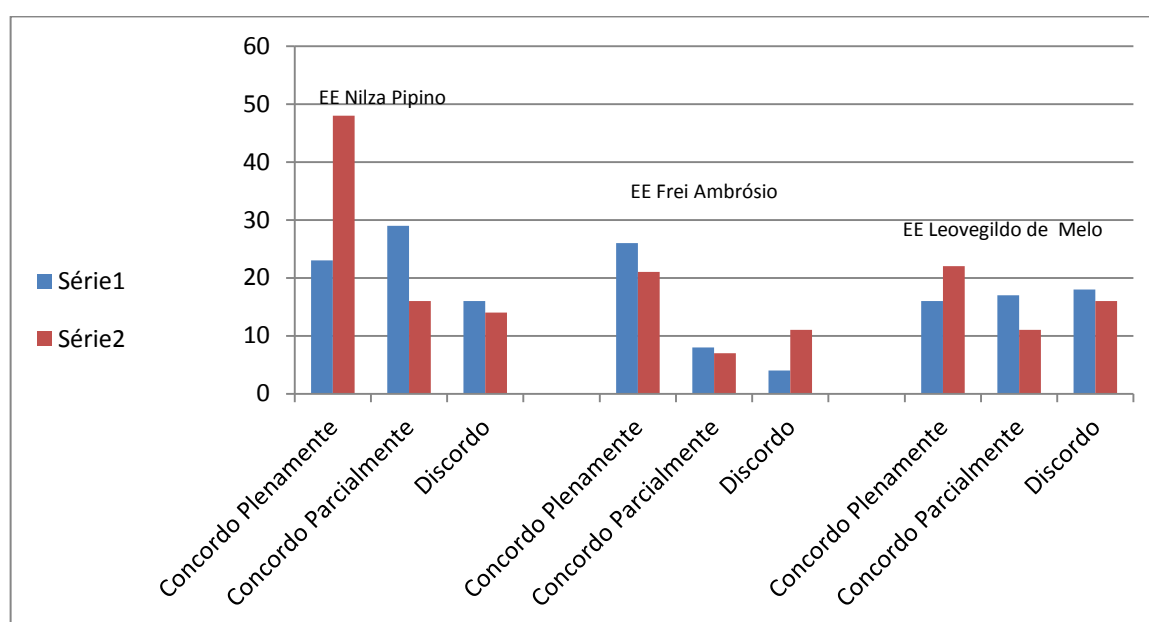
Alguns alunos responderam que desejam fazer um curso técnico, ou seja, adquirir uma profissão. Essa atitude os induz a fazer um curso técnico de curta duração, algo rápido, mas que lhes garanta uma formação profissional.

Segundo essa perspectiva, o Abandono Escolar causado pelo ingresso no mundo do trabalho: "[...] garante a divisão social do trabalho. Aos que permanecem

na escola caberá o exercício das funções intelectuais – técnicos de nível médio e superior” (PINTO, 1991, p. 24).

As questões de número 12 e 13 apontam que em os pais dos alunos não frequentam as reuniões da escola e nem interagem com seus filhos ajudando-os a realizarem suas tarefas escolares, como podemos observar no gráfico 4, onde podemos ver na coluna em azul a seguir:

**Gráfico 4: Participação dos pais nas atividades da escola**



Fonte: elaborado pela autora.

O fenômeno do Abandono Escolar tem merecido especial atenção nos últimos tempos. Sendo um acontecimento que não aparece por acaso, ele acarreta consequências nefastas para a sociedade em geral, pelo que se torna urgente identificar as causas da sua persistência. As elevadas taxas de abandono escolar que atualmente ainda se verificam, para além das consequências imediatas, têm consequências que só terão efeito no futuro.

O Abandono Escolar prejudica a produtividade de um país e representa um desperdício lamentável de vidas jovens. O abandono escolar não é só um problema social e educacional, ele é, simultaneamente, um problema econômico.

Não existe uma causa única do Abandono Escolar. Este só recentemente começou a ser objeto de estudo, no entanto já existem várias tentativas de explicação do fenômeno.

A decisão de se continuar ou não no sistema de ensino depende diretamente da situação escolar do jovem e da forma como se avalia o interesse deste em continuar ou não no sistema de ensino, bem como dos riscos que se terá de assumir no futuro. Essa decisão é, assim, fortemente marcada pela posição social da família.

A família exerce, assim, uma grande influência na decisão dos seus educandos em prosseguirem ou não os estudos. As precárias condições socioeconômicas de muitas famílias levam muitos dos nossos jovens a entrar prematuramente no mercado de trabalho.

Com base nos estudos efetuados, pode-se afirmar que existem fatores de ordem social, cultural e econômica que condicionam o sucesso escolar e, conseqüentemente, o abandono precoce do sistema de ensino. A partir de uma análise entre as respostas dos questionários, podem-se enumerar os comportamentos/atitudes conducentes ao Abandono Escolar:

- Desmotivação dos alunos – o ensino que a escola atual dispensa é ainda muito centrado em conteúdos, enquanto deveria se pautar mais no saber-fazer, levando muitos alunos a revelarem um grande desinteresse pelos conteúdos disciplinares;
- Não participação das famílias – face às dificuldades de participações das reuniões dos pais na escola e perante as necessidades para a manutenção do lar, muitos adolescentes/jovens se lançam rapidamente no mercado de trabalho;
- Problemas pessoais – esses problemas podem muitas vezes estar ligados diretamente à falta de apoio dos pais ou à inexistência destes, à influência de más companhias – que podem conduzir os jovens por caminhos ilícitos, como a droga e a indisciplina –, aliada, por vezes, à revolta.

A análise seguinte refere-se às opiniões de alguns professores das escolas visitadas, de maneira informal, quando em roda de conversa expuseram suas experiências diárias, os quais subsidiaram esta pesquisa acerca das possíveis causas do Abandono Escolar, e as razões apontadas estão intimamente relacionadas com o sistema de ensino tais como: os alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem, sentem-se desmotivados em continuarem os estudos; nessas respostas encontramos alunos que disseram que não gostam da

escola (espaço escolar, infraestrutura) e a somatória desses transtornos causam o insucesso escolar.

A escola é, assim, responsável por muitos casos de Abandono Escolar, pois não consegue manter os jovens inseridos no sistema de ensino. A escola não consegue, igualmente, motivar os alunos para os estudos, pois não consegue apreender as necessidades individuais de um aluno. No sistema de ensino, existem desigualdades que a escola não consegue combater, sendo muitas delas as responsáveis pelo insucesso e, conseqüentemente, pelo afastamento do jovem do mundo escolar.

Em meio a conversa, durante as visitas às escolas que subsidiaram esta pesquisa, os professores mencionaram outros fatores, como o absentismo, o desinteresse pelas matérias lecionadas, o mau comportamento que não possibilita estar atento à aula, o pouco tempo dedicado aos estudos são algumas das razões que podem dar origem ao insucesso e, conseqüentemente, ao Abandono Escolar. A relação que o jovem estabelece com o professor, ou professores, tem muita influência no modo como os jovens encaram a escola. O fato de se gostar, ou não, da escola também vai condicionar o Abandono desta. O gosto pela escola passa, muitas vezes, pela relação professor/aluno, embora não seja apenas nesta relação que se baseia o gosto pela escola e pelos estudos, mas pode-se dizer que ela é à base de tudo o que se passa na escola e que pode estar, portanto, na origem do Abandono Escolar.

Quando o discente se depara com certas dificuldades para continuar seus estudos, muitos apresentaram em suas respostas o anseio por:

- o desejo de ter um emprego;
- o desejo de ganhar dinheiro;
- o desejo de independência, ou seja, autonomia financeira.

As características econômicas das famílias condicionam a frequência escolar dos filhos, assim como as atividades desenvolvidas pelos pais.

Muitos jovens cujos progenitores desenvolvem uma atividade por conta própria são levados a “ajudar” os pais nas suas atividades principais, despertando, assim, o desejo de ter um emprego.

O mercado de trabalho, ao empregar um jovem com mão-de-obra desqualificada, em termos de formação escolar e profissional, é um chamariz para quem corresponde a tais características. Se o mercado de trabalho não recebesse

jovens com baixa instrução, se houvesse uma exigência do mercado de trabalho pela qualificação profissional acompanhada com um nível educacional, eles teriam que se manter na escola, já que não teriam outra forma como conseguir um emprego ou outro tipo de atividade para desenvolver.

Outro problema detectado, através dos dados apresentados (pag. 39 a 42) é a falta de conhecimentos que deveriam ter sido adquiridos em anos anteriores, o que origina, por vezes, um atraso dos alunos, conduzindo-os, na maioria das vezes, ao insucesso escolar. A deficiente utilização de estratégias de ensino-aprendizagem por parte de alguns professores, que se limitam a repassar conteúdos em detrimento do saber-fazer, bem como as suas atitudes levam ao aparecimento de dificuldades em termos de aprendizagem nos alunos.

Dessa forma, diante das análises apresentadas, que comprovam o Abandono Escolar, objetivo principal desta dissertação, faz-se necessária a elaboração de um plano de intervenção, ou seja, um Plano de Ação Educacional, tendo como foco promover a relação dos estudantes com seu contexto escolar, os significados sociais relacionados ao trabalho e ao sucesso pessoal, possibilitando informações sobre as profissões e os diversos determinantes das escolhas profissionais através do Projeto “Semeando Oportunidades”.

### **III. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL - SEMEANDO OPORTUNIDADES**

O capítulo 3 apresenta um Plano de Ação Educacional, como projeto piloto, a ser adequado e implementado conforme a realidade de cada uma das três escolas que foram base desta pesquisa. Seguidos dos objetivos, metodologias, do Plano de Ação Educacional - PAE e das considerações finais.

#### **3.1 Objetivos**

Proporcionar aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental a oportunidade de participar de oficinas relacionadas às profissões com o objetivo de despertar as aptidões profissionais de cada educando.

#### **3.2 Metodologia**

As oficinas serão conduzidas pelos professores sob a coordenação do Coordenador Pedagógico em quatro encontros bimestrais, com duração de quatro horas cada, e partindo de um enfoque social, com base em uma avaliação da comunidade escolar e do trabalho e com o objetivo de ampliar a consciência dos participantes sobre o contexto escolar, familiar e laboral que os cerca, favorecendo a atitude de participação ativa frente aos diversos determinantes da escolha profissional.

Cada grupo deverá descrever os procedimentos utilizados, incluindo técnicas de grupo e questionários abertos, com enfoque qualitativo, criados especificamente para a intervenção. Debateremos, com os participantes, o cotidiano escolar e as ideias naturalizadas sobre o sucesso pessoal. Apresentar e discutir informações objetivas sobre cursos e profissões, e envolvendo os estudantes em atividade de pesquisa sobre profissões, realizada por meio de entrevistas.

Com este trabalho esperamos que ao final da intervenção, os estudantes possam relatar com maior segurança os planos de futuro e à escolha profissional e avaliar positivamente a oficina proposta.

### **3.3 Ações**

Este projeto está dividido em três ações.

#### **3.3.1 Projeto – Ensino Médio em Ação**

Objetivo

Oferecer condições necessárias aos alunos para o desenvolvimento das suas potencialidades com implantação de salas temáticas;

Propiciar formas de verificação de aprendizagem: Vestibular Simulado, Olimpíada da Matemática, Concurso de Redação, Artes, entre outras;

Motivar os alunos a demonstrar suas habilidades e talentos, através de atividade extra classe: jogos, teatro, música, dança, poesia, contos, etc.

Manter o projeto através da Feira das Profissões.

Oferecer teste de orientação profissional aos alunos concluintes do 9º ano do Ensino Fundamental.

Promover: Semana Cultural / Palco Livre.

Seminário de estudos.

Organizar um mural informativo (vestibular, ENEM, profissões, cursos técnicos, mercado de trabalho, entre outros).

#### **3.3.2 Projeto: Semana dos Cursos Técnicos Profissionalizantes**

Objetivos

Divulgar os cursos técnicos ofertados pela Unidade Escolar Estadual ou Federal para a toda comunidade escolar.

Estimular à produção intelectual dos alunos, despertando o interesse à pesquisa e a participação nas mostras de trabalhos.

Oportunizar aos alunos contato com autoridades e comunidade empresarial .

### **3.3.3 Projeto: A Tecnologia a Serviço da Comunidade Escolar**

Oportunizar aos professores, funcionários, alunos e pais acesso ao Laboratório de Informática e ao conhecimento e capacitação tecnológica.

Promover a inclusão digital e social da comunidade escolar.

Oferecer cursos de capacitação de Informática Básica à comunidade escolar.

Estes projetos envolvem a equipe gestora, pedagógica e comunidade escolar com a finalidade de conscientizar quanto à necessidade da participação dos alunos nas oficinas para melhoria no desempenho escolar. Todas essas ações, bem como toda a logística de desenvolvimento de cada uma delas encontram-se descritas no quadro 5.



Quadro 5 – Plano de Ação Educacional

<b>PROPRIEDADES</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>PÚBLICO ALVO</b>	<b>RECURSOS</b>	<b>RESPONSÁVEL PELA AÇÃO</b>	<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação dos problemas que contribuem para a desmotivação dos nossos jovens leva-me a concluir que é importante uma educação orientada para o saber-fazer, de modo a qualificá-los para a sua futura vida laboral. A orientação escolar dos nossos jovens é importante e, para que tal aconteça, o papel dos pais, professores é fundamental nas escolhas do percurso escolar e nas opções a seguir pelos alunos no final do ensino básico.

A qualificação dos adolescentes é importante para eles como pessoas e para a sua dignidade, mas reflete-se de igual importância para o desenvolvimento de toda uma região e até mesmo do país.

Um aspecto muito importante na prevenção do Abandono Escolar é a criação de condições físicas nas escolas, tais como laboratórios, ginásios, bibliotecas e todo um conjunto de condições que são fundamentais para o sucesso efetivo dos nossos jovens.

É premente a criação de um conceito de escola completa, que tenha todas as condições para que haja uma educação global e plena dos nossos jovens. Mas, se as infraestruturas são fundamentais, o mais importante são a qualidade pedagógica e a qualidade humana, ou seja, a relação pedagógica daquilo que nós conseguimos dentro da escola e dentro da sala de aula.

Toma-se, assim, indispensável, por um lado, uma reorganização pedagógica da escola, que valorize a dimensão curricular/letiva, constituída pelas disciplinas, os seus programas, as suas metodologias e os seus regimes de avaliação, mas também, por outro lado, uma reorganização estrutural das atividades extracurriculares que a lei de bases chama de complemento curricular. Essa necessidade prende-se com a preocupação e orientação vocacionais dos nossos alunos.

Se, a certa altura, dermos aos nossos jovens a possibilidade de, não apenas, frequentarem aquilo a que a sociedade os obriga – que são as aulas para aprenderem as diversas disciplinas, mas de lhes permitirmos que tenham um espaço devidamente organizado para eles se dedicarem a atividades culturais, desportivas e de formação profissional que considerem extraordinariamente importantes para a sua pessoa e para a sua reorganização pessoal, o que corresponde a vocações

profundas que eles tenham, nós estaremos a combater a escola “chata”, a introduzir a alegria e a reconciliarmos os jovens com ela.

Sei, no entanto, que nem sempre é fácil conciliarmos a concretização destes objetivos com os recursos físicos e humanos existentes nas escolas. Em termos de recursos humanos, devemos sempre ter em conta, por um lado, as experiências dos professores, do pessoal não docente e de outros intervenientes e, por outro, a sua disponibilidade em termos de tempo.

Quanto aos docentes, desde que os seus horários sejam elaborados tendo em conta as atividades letivas, mas também a possibilidade de contemplarem atividades extracurriculares, de acordo com as suas experiências, alguns dos obstáculos à prossecução de planos com vistas à redução ou eliminação do abandono/insucesso escolar estarão decerto ultrapassados. Tudo deverá ser feito de modo a possibilitar que os nossos jovens se sintam compensados no sistema de ensino.

## REFERÊNCIAS

BENAVENTE, A., Campiche, J., Seabra, T., & Sebastião, J. (1994). *Renunciar à Escola: O Abandono Escolar no Ensino Básico*. Lisboa: Fim do Século.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm)>. Acessado em: 23 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Estados Brasileiros –Mato Grosso**. Disponível em <<http://www.portalbrasil.net/estadosmt.htm>>. Acesso em: 23 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2012 - Resumo Técnico**. Disponível em <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Dados sobre taxas de rendimento escolar**. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-rendimento-escolar-na-educacao-basica>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 11 de mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº. 9.394, de 20 de outubro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13439](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439)>. Acesso em: 08 set 2013.

\_\_\_\_\_. **Programa Mais Educação - Passo a passo**. Disponível em <[www.mec.gov.br/documentos/passopassomaiseducacao](http://www.mec.gov.br/documentos/passopassomaiseducacao)>. Acesso: 10 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino

Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/xrede/legisla\\_rede\\_resol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/xrede/legisla_rede_resol1.pdf). Acesso em: 30 jun. 2013.

CERQUEIRA, Cesar Augusto. **Determinação de fatores ligados às taxas de distorção idade/série, taxa de evasão escolar e taxa de repetência**. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/demoedu/ parte4\\_cdttexto2.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/demoedu/ parte4_cdttexto2.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2014.

DAYRELL, Juarez. **Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura/ Juarez dayrell organizador**. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DUARTE, Mariza Ribeiro Teixeira. **Sistemas públicos de educação básica e relações intergovernamentais: a ação da União e a autonomia dos sistemas locais de ensino. Perspectiva**, Florianópolis, jul. 2002.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em Revista, núm. 24, 2004, pp. 213-225. Universidade Federal do Paraná. Pr. Brasil. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=155017717012>>. Disponibilizado pelo curso em: <<http://www.ppgp.caeduff.net/>>.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL. Elsie. **Pesquisa participante**. SP: Cortez Ed., 1986.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mato Grosso - Estados**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla= mt&tem = educacao2012#>. Acesso em: 08 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais, série Estudos e pesquisas**. Informação demográfica e socioeconômica, Rio de Janeiro: 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

LÜCK, Heloisa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloisa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

\_\_\_\_\_. **Gestão Educacional: Uma questão paradigmática**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, Série Cadernos de Gestão.

\_\_\_\_\_. **Liderança em Gestão Escolar**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, Série Cadernos de Gestão.

MACHADO, Ana Luiza. **Papel dos Gestores Educacionais num contexto de descentralização para a escola**. UNESCO, out. 2000. Disponibilizado pelo curso <<http://www.ppgp.caedufjf.net/>>.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso. **Decreto nº 570, de 29 de julho de 2011**. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. Disponível em: [www.seduc.mt.gov.br/.../Regimento-Interno-SEDUC\\_DecretoN570.pdf](http://www.seduc.mt.gov.br/.../Regimento-Interno-SEDUC_DecretoN570.pdf). Acesso em: 15 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.269, de 10 de abril de 2014**. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, a redistribuição de cargos de Direção e Assessoramento e dá outras providências. Disponível em: [http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/Documents/Organograma/Estrutura-Organizacional-SEDUC\\_DecretoN2269.pdf](http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/Documents/Organograma/Estrutura-Organizacional-SEDUC_DecretoN2269.pdf). Acesso em: 6 mai. 2014.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Concelho Estadual de educação. Batáru: 40 anos. Edição especial – Cuiabá – Central de Texto, 2002.

PACIEVITCH, Tais. **Evasão escolar**. Disponível em <<http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/>>. Acesso em 11 abr. 2013.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

PAULA, R. L.; SCHNECKENBERG, M. Gestão escolar democrática: desafio para o gestor do século XXI. **Revista Eletrônica Lato Sensu**, ano 3, n.1, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.unicentro.br - Ciências Humanas>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

PINTO, A. C. **Psicologia experimental: Temas e experiências**. Porto: Edição do Autor, 1991.

RANIERI, Nina. **Autonomia Universitária**. São Paulo: Edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. **Educação Superior, Direito e Estado: Na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96)**. São Paulo: Edusp, 2000.

REVISTA NOVA ESCOLA. Ano XXVI, n. 247, nov. 2011.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. **A transição da escolaridade no Brasil e as desigualdades regionais**. Disponível em <<http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/view>>. Acessado em maio/2014.

\_\_\_\_\_; CERQUEIRA, César Augusto. As Bases de Dados do INEP e os Indicadores Educacionais: Conceitos e Aplicações. **Bases de dados educacionais parte II**. Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/demoedu/parte2cap1p71a88.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

SANTOS, S. (2010). **Um Olhar Sobre o Abandono Escolar no Concelho da Trofa**. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra: Câmara Municipal da Trofa. Disponível em <<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3804/1/DISSERTACAOABANDONOESCOLAR.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

WEIS, Carol. **Avaliação**. Disponibilizado pelo curso. Disponível em: <<http://www.ppgp.caedufjf.net>>.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Coordenadoria de Ensino Fundamental e Médio/Regimento SEDUC/MT

(...)

#### **Da Coordenadoria de Ensino Fundamental**

**Art. 23.** A Coordenadoria de Ensino Fundamental tem como missão fortalecer a implementação da política pedagógica do Estado de Mato Grosso por Ciclo de Formação Humana, competindo-lhe:

- I – elaborar as Orientações Curriculares referentes ao Ciclo de Formação Humana, de acordo com as diretrizes nacionais e estaduais;
- II – orientar o planejamento das ações da gerência de Alfabetização e da gerência de Organização Curricular;
- III – acompanhar e avaliar a execução do Projeto Político Pedagógico das escolas;
- IV – mapear a demanda de formação continuada dos profissionais do Ensino Fundamental;
- V – elaborar e acompanhar o Plano Plurianual (PPA) e o Plano de Trabalho Anual (PTA);
- VI – planejar as ações, após a análise dos dados obtidos na avaliação nacional e avaliações internas do ensino;
- VII – definir mecanismos de acompanhamento da avaliação dos resultados das ações realizadas pela coordenadoria.

#### **Da Gerência de Organização Curricular do Ensino Fundamental**

**Art. 24.** A Gerência de Organização Curricular do Ensino Fundamental tem como missão executar e acompanhar o processo de construção das orientações curriculares, competindo-lhe:

- I – acompanhar a construção das orientações curriculares para o Ensino Fundamental de acordo com as diretrizes nacionais;
- II – acompanhar o processo de execução do Projeto Político Pedagógico nas unidades escolares;
- III – executar as ações propostas no Plano Plurianual (PPA) e o Plano de Trabalho Anual (PTA);
- IV – analisar e homologar a matriz curricular;
- V – acompanhar e monitorar o cumprimento da proposta curricular.

#### **Da Gerência de Alfabetização**



**Art. 25.** A Gerência de Alfabetização tem como missão fortalecer o processo de alfabetização de acordo com a política educacional do Ensino Fundamental, competindo-lhe:

- I – gerenciar o desenvolvimento da educação infantil e do processo de alfabetização e suas especificidades;
- II – orientar a elaboração e acompanhar a construção das diretrizes curriculares para Educação Infantil e Alfabetização;
- III – propor intervenções de melhoria no processo de alfabetização na rede estadual de ensino;
- IV – coordenar o processo de análise dos dados obtidos nos resultados das avaliações nacionais e avaliações internas;
- V – assessorar as escolas na elaboração da proposta política de alfabetização de acordo com as orientações curriculares;
- VI – executar as ações propostas no Plano Plurianual (PPA) e o Plano de Trabalho Anual (PTA).

(...)

#### **Da Coordenadoria de Ensino Médio**

**Art. 26.** A Coordenadoria de Ensino Médio tem como missão coordenar o processo de implantação da Política Pedagógica Educacional para o Ensino Médio competindo-lhe:

- I – aplicar a Política Pedagógica do Ensino Médio a todas as suas formas de oferta e à modalidade de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;
- II – coordenar o processo de construção e implantação das Orientações Curriculares do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;
- III – orientar a elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas de Ensino Médio;
- IV – coordenar a elaboração e acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual das gerências vinculadas à Coordenadoria do Ensino Médio;
- V – mapear as demandas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- VI – planejar as ações pedagógicas, após a análise dos dados obtidos na avaliação nacional e avaliações internas;

VII – coordenar o processo de elaboração de subsídios pedagógicos e teóricos para o Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;

### **Da Gerência de Ensino Médio Integrado**

**Art. 27.** A Gerência de Ensino Médio Integrado tem como missão acompanhar a execução e avaliar as ações inerentes ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, competindo-lhe:

I – acompanhar a execução da Política Educacional do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Estado de Mato Grosso;

II – orientar as escolas na discussão do currículo e na construção do Projeto Político Pedagógico do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Estado de Mato Grosso;

III – executar as ações propostas no Plano Plurianual (PPA) e o Plano de Trabalho Anual (PTA);

IV – emitir relatório de análise qualitativa sobre os dados de desempenho do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Estado de Mato Grosso;

V – acompanhar e avaliar a aplicação dos subsídios pedagógicos e teóricos para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;

VI – analisar e aprovar a matriz curricular do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;

VII – emitir relatório técnico para a abertura de novos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional solicitados pelas escolas estaduais;

VIII – acompanhar os relatórios circunstanciados realizados pelas equipes das modalidades nas unidades escolares que ofertam o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;

### **Da Gerência de Organização Curricular do Ensino Médio**

**Art. 28.** A Gerência de Organização Curricular do Ensino Médio tem como missão executar e acompanhar o processo de construção dos referenciais curriculares para o ensino médio, competindo-lhe:

I – executar, acompanhar e avaliar a Política Educacional do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado do Estado de Mato Grosso;

II – acompanhar as escolas na discussão do currículo e na construção do Projeto Político Pedagógico no que se refere ao Ensino Médio;

III – executar as ações propostas no Plano Plurianual (PPA) e o Plano de Trabalho Anual (PTA);

IV – analisar os dados do desempenho do Ensino Médio no Estado com a finalidade de subsidiar as políticas educacionais para o Ensino Médio;

V – acompanhar e avaliar a aplicação dos subsídios pedagógicos e teóricos para o Ensino Médio e Ensino Médio Integrado;

VI – analisar, aprovar e homologar as matrizes curriculares do Ensino Médio em todas as suas formas de organização;

### **Da Coordenadoria de Projetos Educativos**

**Art. 29.** A Coordenadoria de Programas e Projetos Educativos tem como missão subsidiar as escolas na elaboração do Projeto Político Pedagógico, coordenar, acompanhar e avaliar os projetos educativos para o fortalecimento curricular da educação básica, competindo-lhe:

I – desenvolver ações articuladas com Política Pedagógica Educacional da Secretaria Estadual de Educação e integradas com as diversas áreas da Superintendência de Educação Básica;

II – organizar, no âmbito da Educação Básica, a execução dos Projetos Educativos Escolares, nas Escolas Públicas Estaduais;

III – coordenar e acompanhar a execução dos projetos nas escolas públicas estaduais em articulação com a coordenadoria do ensino fundamental e médio.

### **Da Gerência de Gestão de Projetos**

**Art. 30.** A Gerência de Gestão de Projetos tem como missão subsidiar as escolas no desenvolvimento de Projetos Escolares, competindo-lhe:

I – acompanhar e avaliar a execução dos projetos educativos para o fortalecimento curricular da educação básica;

II – orientar as escolas na construção de projetos educativos em consonância com o Projeto Político Pedagógico;

- III – disseminar e acompanhar o desenvolvimento dos Projetos Educativos;
- IV – mediar convênios com unidades escolares, Prefeituras municipais e instituições governamentais e não governamentais;
- V – implementar e desenvolver projetos para atendimento integral ao aluno;
- VI – manter atualizado banco de dados dos Projetos existentes nas escolas estaduais;
- VII – articular junto às unidades internas da superintendência da Educação Básica os projetos educativos;

## APÊNDICES

### APENDICE 1: Questionário aplicado aos alunos do 9º ano Ensino Fundamental de Escolas Estaduais de Mato Grosso

Prezado aluno(a)!

Este questionário é parte integrante de uma pesquisa de mestrado do curso de Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora e objetiva coletar dados para analisar o grau de satisfação dos alunos nas escolas estaduais de Mato Grosso.

A adesão à pesquisa é voluntária e os respondentes terão a sua identidade preservada. Contudo, solicito a colaboração e atenção no preenchimento das respostas, pois os dados coletados servirão de base para a melhoria do sistema educacional estadual.

Sua opinião é muito importante!

Completar este breve questionário vai nos ajudar a obter os melhores resultados.

#### **Sexo**

- ( ) Feminino  
( ) Masculino

#### **Sua idade**

- ( ) 13 anos  
( ) 14 anos  
( ) 15 anos  
( ) 16 anos ou mais

Avalie de 1 a 5 considerando 1 a nota mínima e 5 a nota máxima.

#### **Você gosta de sua escola?**

	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Muito					
Razoável					
Indiferente					

**Você frequenta a escola porque**

	1	2	3	4	5
Meus pais me matricularam					
Para não ficar em casa					
É necessário para garantir um futuro melhor					
Sou obrigado					

**Você entende o que seus professores ensinam**

	1	2	3	4	5
Muito bem					
Bem					
Razoavelmente					
Nada					

**É importante continuar estudando**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					

**Seu futuro depende dos seus estudos**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					

**A infraestrutura da sua escola é atrativa**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					

**É prazeroso ir à escola**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					

**Você utiliza o Laboratório de informática com frequência**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					

**Você frequenta a escola fora do horário das aulas**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					

**Você participa dos projetos desenvolvidos na escola**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					

**Como aluno tenho acesso a todos espaços educativos da escola**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					

**Meus pais são frequentes na escola e participam das reuniões**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					

**Meus pais interagem comigo fazendo parte das atividades desenvolvidas na escola nas quais estou inserido**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					

**O(a) diretor(a) esta sempre presente na escola e conversa conosco sobre a importância da nossa vida estudantil**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					

**As reuniões realizadas pelos coordenadores são importantes**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					

**Sou bem tratado pelos professores da minha escola**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					



**Os funcionários (limpeza, merenda e da secretaria) são atenciosos**

	1	2	3	4	5
Concordo Plenamente					
Concordo Parcialmente					
Discordo					

**Ao concluir o Ensino Fundamental (9º ano) você: (Nessa pergunta você pode marcar até três itens).**

- ( ) Ajudar meu pai na sua empresa ou trabalho
- ( ) Montar meu próprio negócio
- ( ) Ter um emprego
- ( ) Continuar meus estudos matriculando no Ensino Médio
- ( ) Fazer um curso técnico
- ( ) Nenhuma das respostas anteriores